



## GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO E LUTAS SOCIAIS NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

**Nádia Socorro Fialho Nascimento<sup>1</sup>**  
**Sandra Helena Ribeiro Cruz<sup>2</sup>**  
**Solange Maria Gayoso da Costa<sup>3</sup>**  
**Jurandir Santos de Novaes<sup>4</sup>**  
**Maria Elvira Rocha de Sá<sup>5</sup>**

### PROPOSTA DA MESA TEMÁTICA COORDENADA

Debate sobre os desafios contemporâneos postos às Políticas Públicas na Amazônia brasileira frente ao avanço dos projetos de desenvolvimento (infraestrutura, energia, agroindústria, etc) retomados a partir das últimas três décadas na região. A acumulação de capital na região pela via da construção de grandes hidrelétricas, da expansão das lavouras de soja, da produção de agro combustíveis, das grandes obras de infraestrutura urbana que, aliadas aos grandes projetos de exploração mineral, se dão em meio ao chamado novo desenvolvimentismo. Na Amazônia brasileira, a exploração dos recursos naturais não renováveis e do próprio homem, têm produzido impactos econômicos, políticos e sócio culturais que encontram resistência nas lutas sociais empreendidas pelos movimentos sociais, no campo e na cidade. Estes vêm sendo confrontadas com os poderes constituídos, ora através de políticas públicas focalizadas e incipientes, ora através do recrudescimento da violência, em suas várias formas, à exemplo do extermínio de lideranças dos movimentos sociais, da expropriação de terras de comunidades tradicionais e da precarização das condições de trabalho do pequeno produtor rural.

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: nadiasfialho@gmail.com

<sup>2</sup> Doutora. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: shelena@ufpa.br

<sup>3</sup> Doutora. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: gayososol@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Doutor. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: jurandirnovaes@yahoo.com.br

<sup>5</sup> Doutora. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: marel.rdsa@gmail.com



## EXPLORAÇÃO MINERAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: o estado do Pará em questão

Nádia Socorro Fialho Nascimento<sup>1</sup>  
Christiane Pimentel e Silva<sup>2</sup>  
João Paulo Gois Alves<sup>3</sup>

**RESUMO:** O artigo aborda a acumulação de capital na Amazônia brasileira pela via da exploração mineral. Objetiva contribuir no debate sobre desafios contemporâneos postos às Políticas Públicas na Amazônia brasileira no contexto do chamado novo desenvolvimentismo. A partir de pesquisa bibliográfica e documental, indica que a intensificação da exploração dos recursos naturais não renováveis e do próprio homem, têm produzido impactos econômicos, políticos, ambientais e sócio culturais nos espaços rurais e nas cidades amazônicas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Amazônia Brasileira - Acumulação de Capital – Recursos Naturais.

**ABSTRACTS:** THE article discussion on the accumulation of capital in Brazilian Amazonia by the large mineral exploration projects. Discussion on the contemporary challenges put to Public Policy in Brazilian Amazonia on the of large dams, take place amid the so-called new development. In the Brazilian Amazon, the exploitation of nonrenewable natural resources and man's own, have produced significant economic, political and socio cultural in the country and the city.

**KEYWORDS:** Brazilian Amazon – Capital Accumulation – Natural Resource.

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: nadiasfialho@gmail.com

<sup>2</sup> Mestre. Universidade Federal do Pará (UFPA / Campus de Breves). E-mail: lilacbrik@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Mestre. Economista. Universidade Federal do Pará (UFPA).



## 1. INTRODUÇÃO

As estratégias de contenção da crise capitalista intensificam tanto a exploração da força de trabalho – do que decorre o agravamento das condições de vida da classe trabalhadora -, como a exploração dos recursos naturais – do que decorre a destruição da natureza. Os países e/ou regiões onde a natureza é rica e abundante e onde se podem encontrar outros elementos essenciais para a contenção da queda da taxa de lucro, são *lóccus* privilegiados daquela exploração e esse é o caso de países como o Brasil e, nele, de regiões como a Amazônia brasileira

Esta região tem sido espaço histórico, em diferentes momentos, de exploração de recursos naturais imprescindíveis ao processo produtivo (à exemplo a borracha e os minérios), que condicionaram seu papel de fornecedora de recursos naturais e produziram, pela via da implantação de grandes empreendimentos econômicos, impactos políticos, econômicos, ambientais e socioculturais. Na contemporaneidade estes impactos têm sido agravados tanto em função de novas dinâmicas produtivas (como a expansão da cultura da soja e de agro combustíveis), como a partir de grandes projetos de desenvolvimento (infraestrutura urbana e hidroelétricas), presentes a partir das últimas décadas do século XX e início do século XXI.

Os resultados da presença do grande capital na Amazônia têm afetado tanto as extensas áreas rurais da região, como também as grandes, médias e pequenas cidades, produzindo o aumento das expressões da “questão social” na região. A manifestação dessas expressões pode ser conferida pelos indicadores sociais (saúde, educação, saneamento, renda, habitação, etc), que colocam desafios contemporâneos às Políticas Públicas na Amazônia brasileira, especialmente no contexto de uma política econômica de cunho neoliberal. Ao mesmo tempo tem-se um processo de resistência nas lutas sociais empreendidas pelos movimentos sociais, no campo e na cidade, confrontados com os poderes constituídos, ora através de políticas públicas focalizadas e incipientes, ora através do recrudescimento da violência, em suas várias formas, à exemplo do extermínio de lideranças dos movimentos sociais, da expropriação de terras



de comunidades tradicionais e da precarização das condições de trabalho do pequeno produtor rural.

No contexto maior da região amazônica, destaca-se o estado do Pará como *lóccus* privilegiado de intensos processos sociais, econômicos e ambientais que demandam, dos profissionais de Serviço Social, um adensamento dos conhecimentos sobre a realidade do estado a partir da sua inserção no processo de acumulação de capital. A partir de processos investigativos esse conhecimento se torna vital para subsidiar a elaboração e a gestão de Políticas Públicas, de cunho universalista, com vistas ao enfrentamento das expressões da “questão social” na região.

## 2. AMAZÔNIA E DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA

A inserção subalternizada da Amazônia no quadro do mercado mundial consolidou-se, contraditoriamente, no contexto da industrialização tardia e do projeto desenvolvimentista, que lograram redefinir a inserção do território no contexto da divisão internacional do trabalho no pós-segunda guerra mundial. Toda a Amazônia Continental, como região rica em recursos minerais diversos (essenciais ao processo de acumulação capitalista, muito especialmente a partir daquela guerra), foi transformada em espaço de expansão das relações de produção capitalistas, particularmente a partir dos diversos golpes militares ocorridos na América Latina.

Esse período, ao qual chamamos de ocupação recente, foi marcado pela estratégia conduzida pelos militares, atendendo ao duplo interesse de prevenção das ideias socialistas e de abertura de espaços ricos em matérias primas à exploração capitalista. Os processos desencadeados a partir daí, lograram produzir uma ocupação desordenada e predatória da Amazônia, contribuindo decisivamente para a intensificação dos graves problemas agrários e ambientais de que a região é palco.

As políticas de desenvolvimento para a Amazônia de modo geral, mesmo guardadas as devidas particularidades vivenciadas em cada país, buscavam a ocupação e o desenvolvimento de pólos econômicos para integrar economicamente a região aos países de capitalismo central através de suas potencialidades produtivas. Para ampliar a





industrialização nessa região, os governos sul-americanos adotaram incentivos creditícios e isenções fiscais favorecendo indústrias que mostraram um alto grau de monopólio, acabando por fortalecer a internacionalização, a exportação de madeira, recursos minerais e atividades agropecuárias.

A experiência do desenvolvimentismo correspondeu ao imperativo expansivo do capital produtivo, que busca nas regiões ricas em recursos naturais, o fornecimento de produtos primários de alto valor no mercado externo. As medidas políticas voltadas ao crescimento econômico não passaram de instrumentos estratégicos para acelerar os indicadores econômicos, que conduziram: a) ao endividamento público, interno e externo; b) à drástica redução de postos de trabalho e, conseqüentemente, aumento das taxas de desemprego; c) à elevadas taxas de concentração de renda com maiores níveis de desigualdade social dentre outros. A tentativa de atrair o investimento do grande capital para a região amazônica, em busca do desenvolvimento socioeconômico, ocorreu de forma desigual, em razão de o capitalismo existir através da exploração do trabalho social, em detrimento da necessidade humana e da produção de valores de uso.

Dentre as várias formas de intervenção sobre a região Amazônica, destaca-se, a partir da década de 1970, no Brasil, a implantação de grandes projetos<sup>1</sup> minero-metalúrgicos. Apesar dos inúmeros estudos sobre este tipo de empreendimento, estudos estes que informam sobre seus efeitos nefastos, estes empreendimentos do grande capital (e de grande capital), continuam a ser priorizados, numa retomada permanente do discurso Saint-Simoniano de crença nos poderes da indústria como redentora da civilização (RIBEIRO, 1992). No entanto, esse tipo de política desenvolvimentista não se restringiu ao Brasil, políticas semelhantes foram desenvolvidas em toda a América Latina, priorizando setores estratégicos, como siderurgia, petróleo e petroquímica, energia elétrica, comunicação, dentre outros que foram impulsionados através de investimentos estatais (CERVO, 2001).

---

<sup>1</sup> Para Leal (1996), o termo **grande projeto** surgiu na Amazônia da década de 1970 para designar os empreendimentos-enclaves que operam retirando recursos naturais em grande quantidade, mandando-os para fora (p.10, grifo do autor). Segundo este autor, os dois casos precursores dos Grandes Projetos na Amazônia foram o Projeto FORD e o Projeto ICOMI.



As empresas transnacionais instaladas na América Latina, e, especialmente na Amazônia, beneficiadas pelos incentivos fiscais e outros benefícios deste período de desregulamentação, privatização e flexibilização, organizam a produção de matéria-prima a baixo custo (mão de obra barata, energia subsidiada, infra-estrutura oferecida pelos governos desenvolvimentistas, fiscalização ambiental incipiente e etc), remetendo-a aos países hegemônicos, nos quais é processada e tornada mercadoria, alimentando, assim, o ciclo de produção e acumulação de capital. Um mercado cartelizado controla todo esse ciclo produtivo, de acordo com seus interesses, o que implica o controle dos preços das matérias primas. Assim, se quiserem gerar divisas, os países retardatários terão que extrair e exportar, cada vez mais (e com maior prejuízo social e ambiental) os seus recursos naturais.

A busca desenfreada pela geração de divisas e suas correspondentes práticas, tendem a submeter, pela desigualdade expressa nas relações de troca do mercado mundial, as sociedades de economia subordinada, como o são aquelas situadas em toda região amazônica, a uma exploração cada vez mais implacável, o que rebate, direta e indiretamente, nas condições de vida de milhares de indivíduos.

### **3. O ESTADO DO PARÁ COMO ESPAÇO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL**

O estado do Pará possui uma população de 7.581.051 (sete milhões, quinhentos e oitenta e um mil e cinquenta e um) habitantes (IBGE, 2010) e se constitui no segundo estado brasileiro em extensão territorial. A principal fonte de crescimento do Produto Interno Bruto/PIB paraense está baseada na produção mineral, sendo o segundo estado minerador<sup>1</sup> do Brasil e o primeiro em concentração mineral. Merecem destaque na exploração mineral no Pará os municípios de Parauapebas, que abriga o polo mineral de Carajás, e Marabá, com o seu polo siderúrgico decorrente do aproveitamento de parte

<sup>1</sup> Em função da autorização necessária da União, as empresas com atividade mineral em solo brasileiro devem pagar os chamados *royalties* para as esferas federal, estadual e municipal, os quais se constituem na Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM), cujas alíquotas variam de 0,2% a 3% (DNPM, 2010). Os municípios têm direito a 65% da CFEM, os estados onde estes se localizam 23% e os 12% restantes são destinados para o Governo Federal. Desses 12%, 9,8% vão para o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), 0,2% para o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (IBAMA) e 2% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). (DNPM, 2010).



dos minérios de Carajás (SEPOF/IDESP/IBGE, 2010). O crescimento do PIB paraense tem sido significativo, apesar dos efeitos da crise financeira internacional de 2009, responsáveis pela queda da atividade da mineração (Sales e Sequeira, 2010). O crescimento acumulado do PIB paraense, no período de 1995-2007, foi de 157,16%, superior ao crescimento médio nacional, no mesmo período, que foi de 139,77% (idem). No ano de 2008, a produção mineral paraense alcançou o valor de 11 bilhões, “o que significou um aumento de 33% em relação ao ano anterior” (ZEE, 2010, p. 189).

Dos 143 (cento e quarenta e três) municípios paraenses, 23 (vinte e três) possuem minas em operação, tendo aumentado de 34 (trinta e quatro), em 2001, para 46 (quarenta e seis), em 2006, o número de minas em atividade. A produção mineral paraense centra-se em 04 (quatro) principais minérios: ferro, cobre, bauxita e manganês, que correspondem a 93% da produção mineral do estado. Dentre os 05 (cinco) municípios de maior PIB total e dentre os 05 (cinco) maiores PIBs *per capita* do Pará, 03 (três) deles são municípios ligados à mineração: Barcarena, Marabá e Papauapebas (Fialho Nascimento, 2011a). Estes municípios merecem destaque tanto pelo volume de investimentos, como pelos efeitos sociais, econômicos e ambientais de magnitude produzidos pela instalação de grandes projetos minero-metalúrgicos. Esses efeitos afetam tanto as áreas dos municípios que sediam os grandes projetos de mineração como as demais cidades da região, especialmente pelo aumento do fluxo migratório de trabalhadores atraídos. Tome-se como exemplo dessa concentração populacional nas capitais da Região Norte a cidade de Belém, capital do estado do Pará, que possui “*um grau de urbanização de 99,35%*” (Pereira, 2006, p. 36). O movimento migratório rumo as grandes cidades também se repete em relação as pequenas e médias, as quais apresentaram índices de crescimento populacional superiores às capitais, concentrando então “*70% da população regional*” (idem, p. 25). Há que se refletir sobre o resultado desses processos na vida desses contingentes que, ao chegarem nestes centros urbanos, oriundos de uma outra realidade, não tem garantido as mínimas condições de cidadania, no que a sua exclusão dos espaços e dos serviços de infraestrutura, é apenas a parte mais visível do processo.



#### 4. CONSIDERAÇÕES INCONCLUSAS

Não só em função da impossibilidade de tomar a região amazônica em sua totalidade – geográfica, material e teoricamente falando -, e não só em função da nossa inserção nela – como sujeito histórico, inserido nesse universo particular -, mas, principalmente, pela sua condição emblemática, tomou-se aqui o estado do Pará como caso amazônico. Isso porque esse estado brasileiro se constitui num caso surpreendente de abundância geológica. Isso significa dizer que o estado do Pará detém em seu solo jazidas minerais em quantidade e qualidade incomensuráveis (entre os metálicos, ouro, bauxita, níquel, cobre, minério de ferro, manganês, estanho, tantalita; entre os não metálicos, gipsita, quartzo, caulim, etc.). Estes recursos, entretanto, transformados em **riqueza**, pela ação do homem, acabam por condenar à **pobreza** a grande maioria da população do estado. O homem amazônida, como de resto nenhum outro homem, se alimenta de bauxita, ferro, níquel, etc., e muito menos de soja, a mais recente expressão produtiva em alta na Amazônia. Os processos de transformação das matérias-primas em mercadorias de alto valor no mercado internacional, via empresas multinacionais, não reverte em dividendos para a população do estado, mas, muito pelo contrário, resulta em expropriação, aculturação e empobrecimento.

O crescimento da economia paraense não representou, e nem poderia, dada a especificidade da sociedade do capital, igual crescimento dos investimentos em políticas públicas, em quantidade e qualidade suficientes para o atendimento das necessidades sociais mais básicas da população residente no estado. Com isso se confirma que à acumulação de capital, manifesta na produção de riquezas decorrentes, muito especialmente, da exploração dos recursos minerais presentes em solo paraense, correspondem uma proporcional produção da pobreza, manifesta no não atendimento das necessidades sociais mais básicas da sua população, o que aprofunda as manifestações da “questão social” na Amazônia.





## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CERVO, Armando Luiz. **Relações internacionais da América Latina: velhos e novos paradigmas**. Brasília: IBRI, 2001.
- DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL/DNPM, **Anuário Mineral Brasileiro 2010**, Brasília, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA/IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro, 2010.
- LEAL, Aluizio Lins. **Grandes Projeto Amazônicos: dois casos precursores**. 1996. Tese (Doutorado) – PUC, São Paulo.
- PEREIRA, José Carlo Matos. **A urbanização da Amazônia e o papel das cidades médias na rede urbana regional**. In: CARDOSO, Ana Claudia Duarte (org.). **O rural e o urbano na Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2006.
- RIBEIRO, Nelson de Figueiredo. **Políticas públicas para o desenvolvimento sustentável da Amazônia**. Belém: SEICOM, 1990.
- ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO/ZEE das Zonas Leste e Calha Norte do Estado do Pará. Carmem Roseli Caldas Menezes, Marcílio de Abreu Monteiro e Igor Maurício Freitas Galvão (Coord.). Belém, PA: Núcleo de Gerenciamento do Programa Pará Rural, 2010. 3v.



## GRANDES PROJETOS URBANOS E A QUESTÃO DA MORADIA EM BELÉM:

de qual cidade se apropriam os pobres?

Sandra Helena Ribeiro Cruz<sup>1</sup>

**RESUMO:** Este trabalho resulta de tese de doutorado intitulada *Grandes Projetos urbanos, Segregação Social e Condições de Moradia em Belém e Manaus*. A cidade de Belém possui longa trajetória em programas de intervenção urbanística. Desde os anos 70, projetos são executados com o intuito de resolver o problema habitacional, aliado ao problema do saneamento de Belém, mais recentemente, o Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN) e o Projeto Orla, compõem a intervenção urbanística que recebe a denominação de “Portal da Amazônia” e será analisado aqui a partir do conceito de grandes projetos urbanos. O estudo teve como aporte teórico-metodológico a produção acadêmica da escola sociológica francesa e autores brasileiros, cuja matriz analítica está assentada na concepção de que os grandes projetos urbanos constituem estratégia de aprofundamento da mercantilização das cidades. O estudo revela que as áreas centrais de Belém receberão infraestrutura urbana a partir de grande projeto urbano, tornando o lugar valorizado economicamente, que atenderá à demanda do mercado de moradias à custa da desorganização da vida social e cultural da população que reside historicamente nas áreas de intervenção.

**PALAVRAS-CHAVE:** Grande Projeto Urbano – Moradia – Segregação Social – Belém

**ASTBRACKT:** This work results from a doctoral thesis entitled *Large Urban Projects, Social Segregation and Housing Conditions in Belém and Manaus*. The city of Belem has a long history in programs of urban intervention. Since the 70s, projects are executed in order to solve the housing problem, combined with the sanitation problem of Bethlehem, more recently, the program Macrodrainage Basin of New Road (PROMABEN) and Orla Project, comprise the urban intervention that receives the name "Amazon Portal" and will be analyzed here from the concept of large urban projects. The study was theoretical-methodological academic production of the French sociological school and Brazilian authors, whose analytical matrix is seated in the design of large urban projects that constitute a strategy to deepen the commodification of cities. The study reveals that the central areas of Bethlehem receive urban infrastructure from large urban project, making the place valued economically, which will meet the demand of the housing market at the expense of the disruption of social and cultural life of the population living in areas historically intervention.

**KEY-WORD:** Great Urban Design - House - Social Segregation - Bethlehem

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: shelena@ufpa.br



## I - INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca analisar os efeitos segregativos que os grandes projetos urbanos exercem sobre as condições da moradia em metrópoles amazônicas, sendo que para efeito desse artigo se buscará pontuar a experiência do projeto Portal da Amazônia em Belém-Pará, enquanto experiência de grande projeto urbano que promove a cidade para o circuito internacional da economia, atendendo ao apelo neoliberal das agências multilaterais de financiamento, aprofundando os processos de segregação e mercantilização da vida na cidade.

A observação sobre as condições da moradia a partir da intervenção urbanística de grande projeto urbano se constituiu em espectro para se demonstrar que as práticas adotadas por essa modalidade de intervenção em nome da modernização e do crescimento econômico reproduz a segregação social dos segmentos populacionais atingidos, tornando a utopia do direito à cidade ainda mais distante de se tornar realidade.

Contrário aos estudos que demonstram a segregação social a partir de dados quantitativos, o presente trabalho adotou a técnica da entrevista semiaberta como a principal ferramenta capaz de expressar o que pensam os sujeitos sociais atingidos pelo projeto portal da Amazônia em Belém. E de maneira à complementar a interpretação da realidade se utilizou as informações estatísticas e documentais, produzidas pelos órgãos oficiais, tais como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Instituto de Desenvolvimento Econômico e Social do Pará (IDESP) e órgãos da Prefeitura Municipal de Belém (PMB). Assim, o presente estudo discorre sobre a intervenção de grandes projetos urbanos, materializado pelo projeto Portal da Amazônia e os efeitos segregativos sobre as condições de moradia em Belém.

## II - DETERMINAÇÕES SOCIOECONÔMICAS EM BELÉM NO CONTEXTO URBANO AMAZÔNICO

A dimensão urbana da região amazônica resulta dos nexos estabelecidos por aspectos relacionados à exploração dos recursos naturais, à produção de territórios, às



políticas públicas, ao explosivo crescimento populacional, ao desempenho e impacto dos grandes projetos de infraestrutura e econômicos, à ocupação e disputa pelo espaço de moradia, ao planejamento do desenvolvimento urbano e territorial, que de modo conflituoso evidencia processos de lutas sociais desencadeados pelo grau de segregação social e de disputa pela ocupação dos lugares.

Passado o período manufatureiro que determinou as relações socioeconômicas de Belém por várias décadas, essa cidade desenvolveu e consolidou uma estrutura socioeconômica determinada pela dinâmica do setor de Serviços e Comércio, cujos produtos gerados estão relacionados com tais dinâmicas e que determinam a sua composição econômica. A partir da composição econômica de Belém, com ênfase no Setor de Serviços e na Indústria da Construção Civil, essa cidade apresenta nos dias atuais uma economia que se configura por um PIB de aproximadamente R\$ 16.526.989,00; com 83,7% dos trabalhadores auferindo rendas salariais entre zero a dois salários mínimos. Somado a esses indicadores Belém apresenta ainda um índice de Gini de 0,43 na escala de 0-1 (IBGE, 2003).

No contraponto dessa evolução econômica em âmbito municipal, estadual e regional, a cidade de Belém apresenta uma situação de pobreza extrema que impõe a tarefa e o desafio de se buscar explicações e soluções para o quadro de penúria da maioria de sua população. Em Belém, os índices de baixa renda da maioria da população se explicam pela composição da economia que se restringe ao setor de serviços e comércio, mas que não justifica níveis tão baixos de renda salarial. Ao aproximarmos a “lente” de análise percebe-se que 45,7% da população de Belém recebe renda entre zero e meio salário mínimo, demonstrando que próximo da metade da população destas metrópoles se encontra em condição de pauperização urbana.

Essa realidade socioeconômica - com fraco mercado de trabalho formal, forte concentração de renda, baixa qualidade de trabalho e renda salarial - incide sobre os processos de segregação e sobre as condições de moradia, especialmente na metrópole de Belém que tem as faixas de terra nas áreas centrais esgotadas, em decorrência ao alto índice de especulação imobiliária e em função da implantação de projetos de infraestrutura urbana, tendendo a produzir o processo de expulsão dos moradores nos bairros mais





consolidados e antes considerados inadequados para moradia, como é o caso das áreas de “baixadas”, forçando a população a abrir mão de suas residências para dar lugar a ambientes infraestruturados e valorizados economicamente, favorecendo mais uma vez o mercado de terras em Belém.

### III - GRANDES PROJETOS URBANOS E MORADIA EM BELÉM: O PORTAL DA AMAZÔNIA

Os estudos sobre grandes projetos urbanos no Brasil indicam que este conceito emerge no âmbito do planejamento estratégico de cidade e, conseqüentemente, no meio acadêmico, a partir dos anos 1990, no contexto da política neoliberal. “Ostensivamente presentes na Europa, nos Estados Unidos e em países emergentes, tais projetos têm caracterizado uma nova fase do urbanismo moderno, precocemente reconhecido como Renascença Urbana” (ULTRAMARI, 2007). De acordo com a literatura disponível, os grandes projetos urbanos no Brasil atendem ao apelo feito por países desenvolvidos, de produzir cidades atrativas e competitivas, transformando a lógica do planejamento urbano.

Segundo Oliveira e Lima Júnior (2008), “Manuais de gestão municipal, roteiros de planejamento estratégico de cidades e orientações para projetos urbanos propõem a promoção do crescimento econômico e da competitividade, assim como o envolvimento do setor privado, em substituição às práticas urbanísticas de domínio exclusivo do Estado”.

Em Belém, o projeto Portal da Amazônia se constitui intervenção estratégica do Estado de produção de novas áreas e, contraditoriamente, aprofundar a mercantilização da cidade, excluindo e segregando a população do “direito à vida urbana”. O projeto se em duas intervenções urbanísticas que acontecem, simultaneamente, na orla do rio Guamá, composto pelo *Projeto Orla*, que visa à reconfiguração urbana da orla do rio Guamá e pelo Projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova – *PROMABEN* -, centrado no saneamento das áreas alagáveis dos bairros localizados na porção sul de Belém, mais diretamente os bairros da Cidade Velha, Jurunas, Cremação, Condor e Guamá. Trata-se de intervenção urbanística financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com contrapartida da prefeitura municipal de Belém. Em sua face de saneamento atingirá mais de 300 mil pessoas e em sua face de urbanização da orla se estenderá por uma faixa



de 6 km das águas do rio Guamá com a finalidade de produzir áreas de lazer e atração turística.

A intenção do poder público municipal é mudar a fisionomia da cidade, tornando-a mais atrativa para os investimentos empresariais de turismo, lazer e moradia. Nesse sentido, por meio do projeto orla a PMB, pretende instalar seis pistas, com largura de 70 metros, com área de passeio, estacionamento e ciclovia. Parte do espaço deverá ser reservada para área de lazer, incluindo quadras de esporte, áreas com equipamentos de ginástica, restaurantes e quiosques, nos moldes das orlas construídas nos grandes centros, como Recife e Rio de Janeiro. Com o projeto, a prefeitura pretende fazer com que Belém desponte definitivamente para o turismo com objetivo de gerar emprego e renda, aliado às outras obras que abrem “janelas” para o rio, como a Estação das Docas, as Onze Janelas e o Mangal das Garças.

As áreas atingidas, tanto em sua faixa litorânea quanto em sua parte continental, estão localizadas no centro antigo de Belém, cuja população será removida para que a obra física do projeto avance, promovendo a lógica determinante da ação urbanística desenvolvida nas cidades brasileiras, ou seja, no contexto do planejamento, a política urbana buscou corrigir as distorções que foram produzidas historicamente nas cidades brasileiras, com uma matriz teórica que alimentou esse planejamento, atribuindo ao Estado o papel de portador de uma racionalidade que evitaria as disfunções do mercado, como o desemprego, assim como asseguraria o desenvolvimento econômico e social. Este modelo de planejamento de base “modernista/funcionalista”, contudo, inspirou a política urbana no Brasil por longas décadas, mas não conseguiu evitar a produção de cidades segregadas e profundamente desiguais (MARICATO, 2000).

Desse modo, o Portal da Amazônia, em Belém, com o objetivo de “urbanizar” as áreas alagadas, alagáveis e superadensadas, adotou uma dinâmica que tem no remanejamento da população e dos serviços ali desenvolvidos a estratégia fundamental, uma vez que para garantir as ações de saneamento - que nesse caso trata-se de rede geral de esgoto, pavimentação e paisagismo -, é necessário desobstruir o caminho por onde o projeto passará. Uma prática social que ao ser intensificada provocou vários conflitos entre a PMB, a população atingida e o Ministério Público Estadual. A prática adotada e



reproduzida pelo Portal da Amazônia localiza-se no âmbito da perspectiva teórica que interpreta as políticas de intervenção urbanística como dinâmica que aprofunda a segregação social nas cidades. De acordo com Pretécaille (2004), a

[...] segregação social apareceu, mais ou menos discretamente, como um objetivo declarado das políticas urbanas, como pode ser visto, por exemplo, nos objetivos de 'ajuste das funções centrais' presentes em novos esquemas diretores de planejamento e urbanismo, ou nas operações de renovação urbana lançadas em bairros populares e modificando profundamente o perfil social dos habitantes para as classes médias e superiores. Essas políticas encontraram a oposição crescente de movimentos sociais denunciando a 'renovação-deportação' das classes populares para os subúrbios (PRETÉCEILLE, 2004, p. 18).

Nesse sentido, devemos compreender que o processo de segregação social é forjado pela diferenciação no acesso ao trabalho, à moradia e aos serviços e infraestruturas urbanas, em maior ou menor grau, dependendo das distinções internas de cada fração de classe, e está fundado, em última instância, no direito da propriedade privada dos meios de produção, com particularidades nas cidades dos países periféricos e, dentre estas, as brasileiras e amazônicas<sup>1</sup>.

Nesse ambiente teórico é que localizamos a ação do portal da Amazônia em que o território a ser urbanizado é também ocupado por portos, trapiches e feiras, que fazem parte da logística necessária às atividades econômicas e sociais desenvolvidas, ao mesmo tempo em que expressam a materialidade da identidade ribeirinha que Belém apresenta. Uma das questões que se colocam para os trabalhadores diz respeito ao futuro dos portos públicos que estão localizados às margens da orla do rio Guamá e as unidades residenciais que são utilizadas como moradia e trabalho.

Um dos maiores problemas provocados pelo portal da Amazônia está relacionado à questão habitacional, pois, embora se trate de um projeto de melhoria habitacional, o mesmo afeta a questão da habitação nos bairros atingidos de forma negativa, uma vez que, para a sua realização, estão sendo desalojadas centenas de famílias que viviam nas áreas de intervenção há cerca de 30 ou 40 anos. Segundo o BID, inicialmente seria necessário o remanejamento de 1.100 famílias (BID, 2006. p. 1), entretanto, durante a

---

<sup>1</sup> Sobre a urbanização e segregação social na Amazônia, vide ainda Cruz, Castro e Sá (2010).



realização da pesquisa percebeu-se que esse número é bem maior conforme se observa na Tabela 1:

Tabela 1 - Unidades cadastradas pelo projeto Portal da Amazônia

<b>Tipo da Unidade</b>	<b>Sub-bacia1</b>	<b>Sub-bacia2</b>	<b>Sub-bacia3</b>	<b>Sub-bacia4</b>	<b>Total</b>
Unidade Residencial (UR)	196	625	554	85	1.460
UR/Unidade Mista (UM)	51	97	70	20	238
Unidade Empresarial (UE/UM)	58	94	74	23	249
Unidade Empresarial (UE)	33	57	39	29	158
Unidade sem identificação (U)	6	22	13	3	24
<b>Total Geral</b>	<b>344</b>	<b>875</b>	<b>760</b>	<b>160</b>	<b>2.129</b>

Fonte: Prefeitura Municipal de Belém/ENGESOLO (2007).

Para facilitar a execução do cronograma físico das obras, o projeto estabeleceu uma metodologia que prevê a realização das ações por trecho de obra como estratégia de não sofrer solução de continuidade, em decorrência dos conflitos e das ações judiciais de suspensão das obras de saneamento, pois o avanço da obra depende da capacidade com que a PMB estabelece as negociações com as famílias atingidas. O processo de negociação foi permeado pelas divergências entre a PMB e moradores, em decorrência principalmente dos seguintes aspectos: a) Não aceitação por parte dos moradores/proprietários dos valores de avaliação dos imóveis afetados; b) Indisponibilidade pela Prefeitura, das unidades habitacionais para os moradores que tiveram seus imóveis avaliados em até R\$ 25 mil reais; e c) Indisponibilidade de unidades comerciais para os comerciantes que tiveram suas unidades avaliadas em até 25 mil reais.





Tais aspectos revelam que entre o que a prefeitura planejou no âmbito do projeto e o que foi detectado nas áreas há grandes disparidades e divergências, em decorrência, em primeiro lugar, da falta de conhecimento mais detalhado da realidade a ser modificada pelo programa; em segundo lugar, em decorrência do alto adensamento demográfico e domiciliar nas áreas que compõem a BHEN e a total falta de mobilização e articulação, pelos gestores públicos, da população moradora das áreas, tornando o diagnóstico socioeconômico inconsistente. Nesse sentido, a elaboração de diagnósticos socioeconômicos e levantamentos cadastrais nem sempre revelam os desejos e necessidades existentes nas áreas selecionadas para a intervenção urbanística, resumindo a participação da comunidade à assinatura do Termo de Adesão, momento em que o programa deve obter no mínimo 85% de assinaturas.

A assinatura do termo de adesão significa a aceitação do programa pela comunidade atingida, conforme planejado pelos órgãos gestores. Essa prática faz parte da dinâmica estabelecida pelo poder público e pelos agentes financeiros internacionais que desde a década de 1990 adotaram mecanismos que buscam legitimidade das ações através da participação comunitária. Essa forma de participação se constitui condição para aprovação de recursos financeiros. Para Almeida (2002), essa dinâmica tem sua origem nas parcerias entre agências da sociedade civil com os aparatos do poder que possibilitou a apropriação de categorias que até então eram de uso dos movimentos sociais e que passaram a ser utilizadas pelo discurso da dominação. Nesse sentido,

[...] Os projetos financiados pelo Banco Mundial (BIRD) ou pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) tem como exigência básica, para que as chamadas 'comunidades' tenham acesso aos recursos, um 'termo de adesão' no qual pelo menos 80% dos integrantes da referida 'comunidade' apõem sua assinatura manifestando concordância com os detalhes da ação institucional, objetivando instituir instâncias mediadoras, capazes de propiciar uma interlocução mais direta com os aparatos do poder. Trata-se de institucionalizar os mediadores num campo construído pela ação oficial (ALMEIDA, 2002. p. 6).

Assim, o projeto buscou adesão da comunidade através do termo de adesão e em seguida iniciou o processo de remanejamento das famílias atingidas diretamente, adotando as seguintes soluções: Indenização Moradia, Indenização Comércio, Auxílio Moradia: Proprietário, Auxílio Moradia: Inquilino e Auxílio Comércio, conforme o



Tabela 2:

Tabela 2 - Soluções de remanejamento na sub-bacia I (junho/2010 a maio/ 2011).

<b>Solução Aplicada</b>	<b>Veiga Cabral/ Cesário Alvim</b>	<b>Cesário Alvim/ Osvaldo C. Brito</b>	<b>Total de Soluções</b>	<b>Percentual</b>
Indenização Moradia	24	75	99	-
Indenização Comércio	13	20	33	-
Auxílio Moradia: Proprietário	8	13	91	-
Auxílio Moradia: Inquilino	1	24	196	<b>93,3</b>
Auxílio Comércio	6	5	11	-
Em negociação	3	11	14	<b>6,7</b>
<b>Total de Imóveis</b>	<b>28</b>	<b>53</b>	<b>81</b>	<b>-</b>
<b>Total de Soluções</b>	<b>55</b>	<b>201</b>	<b>210</b>	<b>100%</b>

Fonte: Belém (2011).

Os dados demonstram que dentre as soluções mais aplicadas destacam-se as indenizações com 38,7% dos imóveis atingidos e o auxílio moradia (aluguel) com 19,1%, refletindo a preferência das famílias em obter recursos financeiros que ajudem resolver suas questões mais rapidamente. É perceptível ainda que a gestão do projeto enfrente muitas dificuldades em sua execução, uma vez que o processo de negociação com as famílias revela diferentes situações, envolvendo aspectos relacionados às condições das casas a serem desapropriadas, o tamanho da família a ser indenizada, o número de famílias por domicílios e a situação das unidades habitacionais que tinham também finalidade de trabalho etc.

Mesmo com a estratégia de realizar a intervenção por trechos, com o intuito de impedir o atraso no cronograma, as negociações são sempre permeadas de novas situações: a) Ausência de documentos pessoais dos moradores; b) Litígios familiares e c)



Impedimentos jurídicos para pagamento dos casos de terrenos de marinha.

As dificuldades e entraves forçaram a coordenação executiva do Programa, juntamente com o BID, a realizarem uma avaliação dos procedimentos do reassentamento normatizados no Plano Específico de Reassentamento (PER), redimensionando-o. Dessa forma, o PER foi revisado a partir das “visitas de inspeção rotineiras” e da “missão de inspeção socioambiental” do BID, com a participação do Ministério das Cidades, obedecendo aos critérios determinados no Plano Diretor de Realocação de População e Atividades Econômicas (PDR) e no plano de ação Socioambiental e as especificidades detectadas na área.

Contudo, como já foi mencionado, o projeto ao adotar a estratégia de solicitar a liberação da obra por trecho, relativiza os atrasos que ocorrem no cronograma de execução, avançando em direção à UFPA, demolindo os imóveis que estão localizados em seu traçado. Há um processo de desorganização das famílias residentes nessas áreas, que antes conviviam sob o mesmo domicílio, e que agora estão sendo dispersas; são trabalhadores que se encontram sem ocupação porque seus pontos de atividade comercial foram desmontados; são famílias que, pelo valor recebido na indenização, não conseguem comprar outro imóvel naquela área. Durante a pesquisa de campo, alguns moradores se referiram às demolições como a “Tsunami do Portal da Amazônia, que vem derrubando tudo que encontra pela frente”.

Percebe-se, dessa maneira, que um dos maiores problemas provocados pela intervenção urbanística na orla sul de Belém diz respeito à questão da moradia, uma vez que as unidades habitacionais remanejadas ou em vias de remanejamento pertencem, em sua maioria, aos segmentos mais vulnerabilizados economicamente e, ao serem contatados pela equipe do projeto, não têm opções de escolha, pois o *modus operandi* adotado, prevê toda uma dinâmica de persuasão, visando à adesão ao projeto.

Nesse sentido, para que o projeto alcance seus objetivos é necessário que a população aprove à sua lógica, abrindo mão de sua história de vida, e, assim, dando vez a uma nova história, da qual não farão parte. Nesse contexto, a gerência do projeto busca definir uma série de estratégias, que são direcionadas para a população moradora nas áreas de intervenção, eliminando os “obstáculos”, conforme se verifica na fala da



equipe social:

[...] Há complicações quando a indenização é maior, apesar de ser de madeira. Alguns aceitaram no primeiro momento, através do laudo; outros, nós pedimos a reavaliação para a secretaria e foram reavaliados. Às vezes aumenta, às vezes não, porque o parâmetro que a gente trabalha é o da CAIXA. A gente trabalha com a tabela da SEHAB, CODEM e a TINER, que dá o valor para a Vila da Barca (Entrevista concedida em 2010).

O acontecer do projeto desestabilizou o dia-a-dia dos trabalhadores residentes nas áreas atingidas. Além da desarticulação das relações de trabalho, do aterramento do rio Guamá, o projeto submeteu centenas de famílias ao auxílio aluguel. De acordo com morador da área, o projeto teria como previsão construir 360 unidades em conjunto habitacional a ser garantido na própria orla urbanizada, que deveria ter sido inaugurado em janeiro de 2012, mas, até dezembro de 2011, só tinham conseguido entregar 16 unidades, faltando, portanto, construir 344 unidades.

As ações programadas para resolver a questão da moradia causaram efeitos negativos nas áreas, tais como o inflacionamento do mercado de aluguel de imóveis, subindo muito na área, rotatividade do aluguel dos imóveis, uma vez que o pagamento pelo projeto atrasa e provoca conflito entre inquilinos e proprietários de imóveis, fazendo com que as famílias tenham que trocar de moradia em curto espaço de tempo. Nessa sub-bacia, entretanto, as ações do projeto enfrentaram várias tensões e conflitos no processo de negociação das formas de remanejamento. As famílias se organizaram e buscaram o apoio de outras formas de organização social que lutam pelo Direito à Cidade em Belém. Ressalta-se o apoio do Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e do Fórum de Apoio à Reforma Urbana que juntos mobilizaram as famílias para pressionarem a prefeitura e a coordenação executiva do projeto, no sentido de garantirem condições mínimas para o processo de remanejamento.

Os problemas identificados pelos relatos das famílias e dos gestores do Projeto Orla revelam que os estudos prévios realizados pelo EIA-RIMA e a proposta de urbanização da orla, com vistas a devolvê-la para a cidade, não levaram em consideração as experiências vivenciadas na orla sul de Belém. Seja em relação aos aspectos relativos às atividades laborais da população, seja em relação às múltiplas funções estabelecidas





nessa localidade, seja no que tange a questão da moradia, pois já era evidente para a gestão municipal e para o BID que o processo de intervenção urbanística nas áreas que margeiam o rio Guamá e os seus igarapés afluentes, com forte adensamento populacional, prescindia de uma solução imediata no que tange o aspecto habitacional. Contudo, percebe-se que essa questão ficou no limbo da proposta.

#### IV - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática social adotada por grandes projetos urbanos reforçam a natureza de cidade dividida, que deixa para as massas trabalhadoras as áreas periféricas produzidas pelo Estado em parceria com os agentes do mercado, como solução para atender a demanda da moradia social em Belém. O acesso à terra urbana, ao trabalho e à moradia continua sendo pautado como bandeira de luta dos movimentos que reivindicam o Direito à Vida Urbana. Em síntese, os Grandes Projetos Urbanos e a lógica da Segregação Social em Belém na contemporaneidade, podem ser considerados como experiências que se localizam no contexto da globalização emergente, após a crise capitalista dos anos 1970, que deu início à reestruturação produtiva, influenciando praticamente todas as nações do mundo, que culminou com o que se denominou de “globalização financeira”.

Nesse contexto, as cidades brasileiras, especialmente as grandes metrópoles, passaram a se adaptar ou se adequar às diretrizes da globalização, incorporando em seus projetos de cidade as estratégias do desenvolvimento sustentável, a partir de grandes intervenções urbanísticas, de modo a tornar a cidade mais moderna e mais atrativa. A análise sobre os grandes projetos urbanos nas metrópoles amazônicas revela que a lógica inerente à concepção de formação e estruturação das duas cidades é historicamente determinada pela ideologia colonizadora, que se renova no espaço e no tempo.

#### REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo W. Bero de. Distinguir e mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais. **Revista Tipiti**, São Luís, p. 6-7, 2002.



MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). **A Cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 121-192.

PRETECEILLE, Edmond. A Construção Social da Segregação Urbana: Convergências e Divergências. **Revista Espaço & Debates**, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 11-23, jan./jul. 2004.

ULTRAMARI, Clovis; REZENDE, Denis Alcides. Grandes projetos urbanos: conceitos e referenciais. **Ambiente Construído**, Porto Alegre, v. 7, n. 2, p. 7-14, abr./jun. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/viewFile/3733/2086>>. Acesso em: 5 jun. 2012.



## TERRITÓRIOS E MERCADO DE TERRAS NO BAIXO AMAZONAS-PARÁ: expansão da sojicultura e valorização fundiária

Solange M<sup>a</sup> Gayoso da Costa<sup>1</sup>

**RESUMO:** Nas três últimas décadas, tem-se observado na Amazônia a expansão da sojicultura, em parte, impulsionada pelo grande “estoque” de terras, com características favoráveis à implantação das lavouras comerciais, a preços reduzidos. Neste artigo apresentam-se os resultados obtidos na pesquisa sobre a relação da sojicultura e o mercado de terras no Baixo Amazonas, usando como procedimentos metodológicos, o levantamento bibliográfico e estatístico em instituições vinculadas às questões de terras rurais no Estado e na região do Baixo Amazonas, acrescido de pesquisa de campo com a realização de entrevistas com lideranças sindicais e produtores de soja, e pesquisa de imóveis registrados junto ao Cartório do 1º Ofício de Santarém no período de 1997 a 2009.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agronegócio, mercado de terras, Amazônia

**ABSTRACT:** In the last three decades, it has been observed in the Amazon expanding soybean production, partly driven by the great “stock” of land, with favorable characteristics for deployment of commercial crops at reduced prices. In this article we present the results of research on the relationship of the soybean crop and the land market in the Lower Amazon, using as instruments, the literature and statistical institutions on issues related to rural land in the state and in the Lower Amazon plus field research with interviews with union leaders and soybean producers, and search for properties registered with the Clerk of the 1st Official Letter of Santarém in the period 1997-2009.

**KEY WORDS:** Agribusiness, land market, Amazon

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: gayososol@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Os dados aqui apresentados foram obtidos durante a pesquisa e elaboração de minha tese de doutorado defendida em junho de 2012, no NAEA/UFPA, com o título: “Grãos na floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia”.



## 1. INTRODUÇÃO

Atualmente, dezessete estados brasileiros e o Distrito Federal mantêm produção de soja, sendo: na região Norte, Roraima, Amazonas, Pará e Tocantins; na região Nordeste, Maranhão, Piauí, Ceará e Bahia; na região Sudeste, Minas Gerais e São Paulo; na região Centro-Oeste, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás; na região Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O desenvolvimento da produção nessas unidades da Federação resultou em um expressivo aumento da área cultivada, a partir da safra 1997/98, passando de 13,1 milhões de hectares para 23,36 milhões de hectares na safra 2009/2010.

Apesar da alta volatilidade das cotações do grão no mercado mundial e o aumento no custo da produção, segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) (2008/2010), não houve queda na área plantada no país. A produção, na safra 2010/2011, ficou em 75,0 milhões de toneladas, plantadas em uma área de 24,2 milhões de hectares; já para a safra 2011/2012, os dados apontam para 66,68 milhões de toneladas, cultivadas em 25,0 milhões de hectares.

Nas três últimas décadas, tem-se observado na Amazônia a expansão da agricultura mecanizada, representada pela soja. Essa expansão expressa um processo de longa duração que se iniciou na região Sul do Brasil e posteriormente irradiou-se para outros estados brasileiros: Minas Gerais, Bahia, Goiás e Mato Grosso. A partir do Estado do Mato Grosso, a soja é introduzida na Amazônia<sup>1</sup>.

Um dos fatores mais importantes que contribuiu para a rápida expansão das lavouras de soja nos estados amazônicos foi o grande “estoque” de terras, com características favoráveis à implantação das lavouras comerciais, a preços reduzidos. O mercado de terra nas áreas de fronteira sofre grande influência da ação dos agentes locais, que atuam no sentido de reduzir a mobilização de capital na aquisição de novas áreas. Em uma análise preliminar, observa-se que a elevação dos custos de produção, pelo aumento dos preços de insumos, máquinas e transporte, é compensada pelo baixo custo de aquisição de terras em regiões de abertura recente, encontradas a preços

<sup>1</sup> Amazônia legal compreende os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e parte do Maranhão.





bastante inferiores àqueles praticados em regiões consolidadas. Daí a intensa mobilização dos setores ligados à produção da soja pelo asfaltamento da BR-163 (Cuiabá-Santarém), o que facilitará a incorporação de “novas” terras, barateará os custos com transporte e gerará um incremento nas atividades portuárias de Santarém, particularmente do porto da Cargill, que está instalado na região desde 2003.

Nessa dinâmica de apropriação de novas terras, observa-se a recorrência aos mecanismos ilícitos, como a grilagem de terra, facilitada por uma rede de agentes com influência em cartórios e órgãos públicos que, apoiada em atos normativos/jurídicos, buscam revestir de regularidade a aquisição ilegal de terras, configurando uma teia de mecanismos de transferência ao domínio privado de grandes extensões territoriais de terras públicas. Atualmente, tais mecanismos integram um conjunto de iniciativas na estratégia de incorporação de novas terras pelo agronegócio, as chamadas “agroestratégias”<sup>1</sup>, que reforçadas pelas ações governamentais, sob a “bandeira” do “desenvolvimento sustentável”, transformaram-se em um poderoso instrumento para a expansão da agricultura de grãos, a soja, na região do Baixo Amazonas. Recorrente, também, é o uso de violência contra agricultores familiares<sup>2</sup>, indígenas, povos e comunidades tradicionais, que, não raras vezes, têm sido expropriados de seus territórios e, com isso, minados em suas condições de sobrevivência.

Neste artigo apresenta-se os resultados obtidos na pesquisa sobre a relação da sojicultura e o mercado de terras no Baixo Amazonas, usando como procedimentos metodológicos, o levantamento bibliográfico e estatístico em instituições vinculadas às questões de terras rurais no Estado e na região do Baixo Amazonas, acrescido de pesquisa de campo com a realização de entrevistas com lideranças sindicais

<sup>1</sup> As agroestratégias “compreendem um conjunto heterogêneo de discursos e alocações, de mecanismos jurídicos formais e de ações ditas empreendedoras (...). Compreendem um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídicos formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das commodities agrícolas e metálicas” (ALMEIDA, 2009, p. 57-58).

<sup>2</sup> A agricultura familiar são unidades de pequena produção que utilizam a mão de obra familiar e que, em sua maioria, produzem culturas como mandioca, hortaliças, frutas, feijão, milho, arroz, legumes, verduras. Em 2005, a Associação de Produtores Rurais de Santarém (Aprusan) tinha em seus registros 1.153 produtores/agricultores familiares que comercializavam a sua produção na Feira do Produtor Rural. Toda a produção comercializada na feira vinha de 87 comunidades rurais da região santarena (SÁ; GAYOSO; TAVARES, 2006).



e produtores de soja, e pesquisa de imóveis registrados junto ao Cartório do 1º Ofício de Santarém no período de 1997 a 2009.

## 1. Sojicultura e mercado de terras na Amazônia

A dinâmica do mercado de terras na Amazônia tem como base uma estrutura fundiária que, segundo Costa (2011, p. 333), apresenta quatro características: alto grau de assimetria distributiva, permite a formação estratégica de estoque de ativos de existência finita, admite tratamento indistinto de ativos distintos e suporta o uso dos recursos públicos por critérios privados, ou seja, permite a grilagem de terras.

Combinadas essas características da estrutura fundiária fundamentam o mercado de terras, que segundo o referido autor, se expressam nos preços e na natureza do que movimentam. Pesquisa apresentada por Costa (2011), realizada pelo Instituto FNP nos estados do Acre, Amapá, Amazonas e Pará, aponta três grandes categorias da terra mercadoria: “Terras com Mata”, “Terras de Pastagem” e “Terras de Lavoura”. Dentre essas os preços das “Terras com Matas” são parcelas das demais. Isso quer dizer, que para o mercado as “Terras com Matas” são consideradas como componentes de formação de preços das pastagens” e das terras agrícolas. Num tipo de regulação que não inviabilize a transformação das “Terras com Matas” em “Terras de Pastagens” e “Terras de Lavoura”. Como podemos observar no processo de grilagem de terras desencadeado na região do Baixo Amazonas a partir da chegada da soja, onde as áreas com matas serviram como capitalização para a instalação da lavoura de grãos.

Analisando os dados dos Censos Agropecuários de 1995 e 2006, Costa (2011) identificou que os operadores dos estabelecimentos rurais em onze anos adquiriram 5,4 milhões de hectares de “Terras para Lavoura”, 8,2 milhões de “Terras de Pastagem” e 0,5 milhões de hectares adicionais aos seus estoques de “Terra com Mata”. Quem se apropriou dessas terras? Costa (2011) ao analisar o que denominou de trajetórias tecnológicas<sup>1</sup>, chegou à conclusão de que o extrato que mais se apropriou do

<sup>1</sup> Costa (2011, p. 328-330) identifica a existência de dois tipos base de agentes presentes na dinâmica agrária Amazônica: o patronal e o camponês. Tais tipos se organizam por diferentes relações sociais e técnicas, profundamente marcadas pela diversidade de fundamentos naturais e institucionais e foram classificados pelo autor segundo suas trajetórias tecnológicas em: “Trajetória Camponês T1”, reúne um conjunto de sistemas de



estoque de terras foram os estabelecimentos patronais que convergem para pecuária de corte, chegando ao ano de 2006, ao percentual de 39,6% entre reservas de matas e o total apropriado por todos os estabelecimentos. O autor conclui que 11,3 milhões de florestas originárias foram transformadas em terras para o extrato patronal voltado a pecuária de corte<sup>1</sup>. Para os demais extratos que demandam terras ficou o saldo de 2,9 milhões de hectares.

A redução das florestas originárias a “terras”, destinadas à oferta de “Terras de Pastagens” e “Terras de Lavoura”, pressupõe uma adequação dos custos de acordo com a atividade a que se destinam. Afirma Costa (2011, p. 340-341) que isso é possível pelas condições institucionais vigentes, que de um lado igualam ativos distintos terra e bioma, e de outro, garante a sistemática institucional (patrimonialista) de apossamento privado da coisa pública. Tais processos são operacionalizados pelo mecanismo da “grilagem”. A “grilagem”, mais do que uma questão ética, se firmou como mecanismo de evolução de um determinado extrato, como *modus operandi* de agentes e organizações que processam uma “economia com leis próprias de estruturação e movimento”.

Pesquisas sobre o desmatamento e pecuária (CASTRO 2007; CASTRO, MONTEIRO & CASTRO, 2002 e CASTRO & MONTEIRO, 2007) e sojicultura e mercado de terras (GAYOSO DA COSTA, 2012) demonstraram a intensa relação entre a transformação de florestas originárias em “terras”, onde a exploração madeireira serviu para capitalização monetária e financeira, constituindo-se, logo após, em “Terra de Pastagem”, para posteriormente, toda ou em parte, transformar-se em “Terras de Lavoura”. No caso da mesorregião do Baixo Amazonas, observou-se que a essa dinâmica agrega-se outra que suprime a constituição da “Terra de Pastagem”. Ou seja, passa-se da transformação das florestas originárias em “terras” para “Terras de Lavoura”.

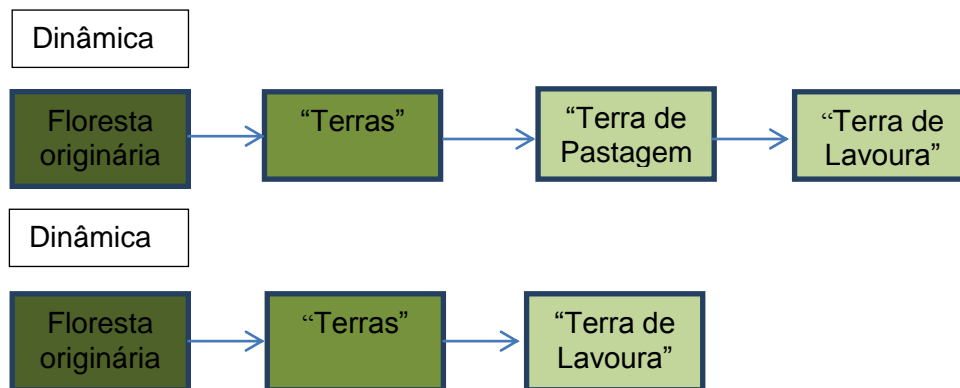
---

camponeses que convergem para sistemas com dominância de cultura permanente; “Trajetória Camponês T2”, reúne um conjunto de sistemas camponeses que convergem para o uso de sistemas agrofloretais com dominância da extração de produtos não madeireiros; “Trajetória Camponês T3”, reúne o conjunto de camponeses que convergem para sistemas com dominância da pecuária de corte; “Trajetória Patronal T4” reúne o conjunto de sistemas que convergem estabelecimentos patronais com pecuária de corte; “Trajetória Patronal T5”, reúne o conjunto de sistemas patronais que convergem para plantações de culturas permanentes em forma de plantation (uso intensivo do solo, com homogeneização da paisagem); “Trajetória Patronal T6”, reúne o conjunto de sistemas patronais de silvicultura.

<sup>1</sup> Sobre as formas e percentuais de apropriação dos outros extratos ver Costa (2009, 2011).



Figura 1: Etapas de transformação de floresta em "Terras de Lavoura" no Baixo Amazonas.



O mercado de terras na Amazônia estabelece preço para os três tipos de mercadoria: "Terras com Mata", "Terras de Pastagem" e "Terras de Lavoura". Desde os meados da década de 1990, quando começou os experimentos com a produção de soja, as terras na mesorregião do Baixo Amazonas sofreram aumento nos preços. Naquele ano, o preço da terra na PA 370 e no município de Belterra, locais em que foram instaladas as primeiras áreas de agricultura mecanizada, era de R\$ 200,00 e R\$ 300,00 o hectare. A partir de 2000/2003 com o aumento da migração dos produtores de soja, segundo as estimativas da Emater (2006 apud PUTY, 2007) o preço da terra passara dos R\$ 300,00/ha para até R\$ 3.000,00/ha, na área mais próxima de Mojuí dos Campos e Tabocal<sup>1</sup>.

Logo no início (refere-se ao ano de 1999) pagava de R\$ 20,00 (vinte reais) a R\$ 30,00 (trinta reais) por hectare. Depois com o tempo pagava R\$ 500,00

<sup>1</sup> Identificou-se essa valorização das terras em outras áreas com práticas da pecuária, da sojicultura e do setor sucroalcooleiro. "As regiões de Araraquara, Bauru, Piracicaba, Ribeirão Preto e Pirassununga tiveram valor do hectare duplicado em alguns casos em áreas para o cultivo de grãos, cana, café e pastagens". (...) Um hectare de terra agrícola, que valia R\$ 4.482 no município de Eduardo Magalhães, no cerrado baiano, no começo de 2007, passou a R\$ 7.000 em um ano. No cerrado de Balsas (MA), o preço passou da faixa de R\$ 485/R\$ 890 para R\$ 1.300/R\$1.430 em igual período. Em Alta Floresta (MT), a terra de soja evoluiu de R\$ 1.360 a R\$ 2.000" (FORTES, G., 2008, apud ALMEIDA, 2009, p. 75).





(quinhentos reais) por hectare, e no apagar das luzes (refere-se aos anos de 2005-2006, antes da moratória da soja em 2006, considerado pela liderança como um marco para o “declínio” ou estabilização da expansão as soja na região) pagava R\$ 15.000,00 por hectare. Quem comprava eram o sojeiros, os intermediários e os escritórios imobiliários. (E. M. liderança sindical dos Trabalhadores Rurais de Santarém<sup>1</sup>).

De acordo com o relato de E.M. observa-se um incremento no preço da terra bem superior aquele apresentado por Puty (2003) em que o preço em 1999 era de R\$ 200,00/ha passando em 2005 para R\$ 3000,00/ha, com uma variação percentual de 1.500% de aumento no preço da terra. Nos dados de E.M. chega-se a variação percentual de 75.000% de aumento em menos de dez anos. Ainda que os dados possam ser questionados, o que importa ressaltar é a variação no aumento do preço da terra que indica um mercado de terras extremamente aquecido com a chegada dos sojeiros, gerando lucros altíssimos para os especuladores e grileiros da terra.

Pesquisa sobre o mercado de terras no Brasil, feita pela empresa Informa Economics South American – FNP<sup>2</sup> apontou que as valorizações relativas registradas no ano de 2010 estão nas áreas de mata, terras agrícolas, caatingas e pastagens nos estados do Pará, Rondônia, Amazonas, Mato Grosso, Paraíba e Piauí. Tais variações relativas ocorrem principalmente, como no caso da mesorregião do Baixo Amazonas, porque seus preços iniciais são muitos baixos, o que gera altos aumentos percentuais. A empresa indica que há uma forte valorização do mercado madeireiro e o manejo florestal tem ainda servido para valorizar tais áreas de mata.

Segundo os dados da FNP (2011) as áreas destinadas à produção de grãos que mais valorizaram no ano de 2010 estão nas regiões de Santarém, no Pará, com 88 a 111% de valorização, seguido da região de Balsas, no Maranhão, com valorizações de até 55%. O preço do hectare em Santarém, em mar/abr/2010 era de R\$

<sup>1</sup> Entrevista realizada em 10.02.2010.

<sup>2</sup> Informa Economics FNP é o novo nome que a Agra FNP passou a ter desde janeiro de 2011. A ação é parte do processo de integração com a Informa Economics, empresa de consultoria e informação para o agronegócio nos Estados Unidos, Europa e, agora, América do Sul, pertencente a Informa Group. O levantamento sistemático de preços de terras no Brasil é resultado do trabalho de pesquisa teve início em 2001. A área de abrangência da pesquisa é composta por todo território nacional, excluindo-se as áreas reconhecidas urbanizadas como Grande São Paulo e Grande Rio de Janeiro. Metodologicamente a empresa dividiu o país em 133 regiões homogêneas, quanto à cidade polo para a compra de insumos ou comercialização da produção, tipo de uso do solo e clima. A região homogênea de Santarém agrega os municípios de Santarém, Belterra, Monte Alegre, Alenquer, Oriximiná e Transamazônica. (FNP, 2011).



475,00, chegando a jan/fev/2011 a R\$ 1000,00. Em Balsas o preço em 2010 do hectare ficava em R\$ 4.200,00, chega ao ano de 2011 ao valor de R\$ 6.500,00. Vê-se que o crescimento da produção de soja na Amazônia Legal têm mantido a valorização das terras e naquelas regiões em que a produção de grãos tem mais tempo e com melhor infraestrutura de escoamento o preço da terra fica mais alto.

O preço da terra depende também de sua localização, quanto mais próxima da via de escoamento maior o seu preço. Outro fator de influência é sua condição de mecanizável ou não. Tais variações podem ser observada na tabela 1.

Tabela 1: Preço da terra por tipo na região de Santarém: 2010-2011.

<b>Tipo de Terra</b>	<b>2010 (R\$/ha)</b>	<b>2011 (R\$/ha)</b>
Mata (Monte Alegre/Alenquer/Oriximiná) distante da BR	220	400
Mata (Monte Alegre/Alenquer/Oriximiná) próxima à BR	450	500
Mata (Santarém/Belterra /Transamazônica) distante da BR	350	500
Mata (Santarém/Belterra /Transamazônica) próxima à BR	750	1.000
Pastagem formada (Monte Alegre/Alenquer/Oriximiná) mecanizável	450	900
Pastagem formada (Monte Alegre/Alenquer/Oriximiná) não mecanizável	400	550
Pastagem formada (Santarém/Belterra /Transamazônica) mecanizável.	850	1.200
Pastagem formada (Santarém/Belterra /Transamazônica) não mecanizável.	500	600
Pastagem nativa em várzea (Monte Alegre/ Alenquer/Oriximiná)	80	120
Terra agrícola (Monte Alegre/Alenquer/Oriximiná)	475	1.000
Terra agrícola (Santarém/Belterra /Transamazônica)	800	1.500
Terra agrícola com café/cacau (Trairão/Ruopolis/Medicilândia)	3.500	5.000

Fonte: FNP, 2011, p. 43.



Na tabela fica evidente a valorização das terras de pastagem formada mecanizável e terra agrícola em Santarém, Belterra, Monte Alegre, Alenquer e Oriximiná, municípios da mesorregião do Baixo Amazonas, o que reforça os interesses do mercado de terras sobre essa região. Pode-se verificar também que as terras de matas próximas a BR tem seu preço equivalente as terras agrícolas, enquanto que aquelas áreas de matas distantes da BR apresentam um preço em média inferior a 50%.

Nessas perspectivas a produção de alimentos, combustíveis e créditos de carbono estão redefinindo a própria valorização da natureza, principalmente das florestas. Fala-se não somente em florestas originárias, mas, também, em florestas plantadas. As florestas estão servindo de moeda de troca no mercado mundial do agronegócio e nas negociações realizadas sob o discurso da sustentabilidade.

### 1.1 Vendas de terras e sojicultura no Baixo Amazonas.

A dinâmica do mercado de terras, em parte, pode ser identificada a partir dos registros cartoriais de imóveis rurais. No levantamento realizado nos Livros de Registro Geral do Cartório do 1º Ofício de Santarém, no período de 1997 a 2009, identificou-se a existência de 992 aberturas de novas matrículas correspondentes aos imóveis rurais. Destas, 711 referem-se ao registro de títulos oriundos da Política de Reforma Agrária emitidos pelo INCRA e 20 ao registro de Escrituras Públicas de Permuta realizadas entre o governo estadual e particulares com áreas da Gleba Nova Olinda. Conforme demonstrado na tabela 2.

Tabela 2: Operações de registros cartoriais por ano: 1997-2009

<b>Ano</b>	<b>Matrículas criadas</b>	<b>Registro de títulos reforma agrária</b>	<b>de Registro da escrituras públicas de permuta de terras rurais</b>
<b>1997</b>	40	32	-



<b>1998</b>	37	30	-
<b>1999</b>	32	26	-
<b>2000</b>	45	25	-
<b>2001</b>	70	26	-
<b>2002</b>	139	78	-
<b>2003</b>	178	138	-
<b>2004</b>	112	96	-
<b>2005</b>	72	67	-
<b>2006</b>	41	36	-
<b>2007</b>	70	59	02
<b>2008</b>	101	50	17
<b>2009</b>	55	48	1
<b>Total</b>	<b>992</b>	<b>711</b>	<b>20</b>

Fonte: Pesquisa no cartório do 1º Ofício, Santarém, 2010.

A pesquisa de imóveis registrados, realizada no Cartório do 1º Ofício de Santarém, indicou a efetivação de 257 negócios atingindo uma área total de 57.538,8507ha (conforme Tabelas 14 e 15); no período de 1997-2000 são 17 negócios envolvendo uma área de 1.158,3522ha; no período de 2001-2005, 188 transações com uma área de 17.266,5685ha; e nos anos entre 2006-2009, 39.113,9300ha foram negociados em 52 operações envolvendo compra e venda, permutas e contratos de comodatos.

Tabela 3: Número de negócios por estrato de área, na Região do Baixo Amazonas, de 1997-2009.

Ano	Número de Negócios						Total
	Estrato de Área (ha)						
	0<100		100<1000		1000 <5000		
	N	%	N	%	N	%	





<b>1997- 2000</b>	16	94,1	1	5,9	-	-	17
		0					
<b>2001- 2005</b>	162	86,1	24	12,77	2	1,06	188
		7					
<b>2006- 2009</b>	31	59,6	4	7,69	17	32,7	52
		1				0	
<b>Total</b>	<b>209</b>	<b>81,3</b>	<b>29</b>	<b>11,28</b>	<b>19</b>	<b>7,40</b>	<b>257</b>
		2					

Fonte: Pesquisa no cartório do 1º Ofício, Santarém, 2010.

De acordo com os dados levantados, durante esse período de treze anos (1997-2009), preponderaram as transações de compra e venda com imóveis abaixo de 100ha. Isto representou 81,32% do total de imóveis que foram objeto de compra e venda, correspondendo a uma área de 9.160,2261ha, equivalente a 15,92% do total da área negociada. Em contraposição, no estrato de 1000 e mais hectares, foram efetuados 19 negócios, o que correspondeu a 7,40% do total, equivalendo a uma área de 41.564,0250ha, ou seja, 72,24% da área total negociada no período. Os negócios envolvendo o estrato de imóveis entre 100 e 1000ha corresponderam à 29 transações, isto é, 11,28% do total de imóveis equivalente a 6.814,6036ha, ou 11,84%, do total de área.

Tabela 4: Área negociada por estrato de área, na Região do Baixo Amazonas, de 1997-2009.

Ano	Área de Negócios						Total em 1.000ha
	Estrato de Área (ha)						
	0 < 100		100 < 1000		1000 < 5000		
	N	%	N	%	N	%	
<b>1997-2000</b>	1.158,352	100					1.158,3522
	2						



<b>2001- 2005</b>	6.855,247	39,70	5.065,2956	29,33	5.346,0250	30,97	17.266,5685
	9						
<b>2006- 2009</b>	1.146,626	2,93	1.749,3080	4,48	36.218,000	92,59	39.113,9340
	0				0		
<b>Total</b>	<b>9.160,226</b>	<b>15,92</b>	<b>6.814,6036</b>	<b>11,84</b>	<b>41.564,025</b>	<b>72,24</b>	<b>57.538,8547</b>
	1				0		

Fonte: Pesquisa no cartório do 1º Ofício, Santarém, 2010.

Os dados da pesquisa de imóveis registrados revelam a expressiva quantidade de negócios realizados envolvendo os imóveis abaixo de 100ha, em sua totalidade correspondendo a Títulos emitidos pelo INCRA fruto da Política de Colonização e ocupação da Amazônia. O aumento no número de registros de Títulos, emitidos pelo INCRA, no cartório durante os referidos anos acompanhou o volume de transações de vendas realizadas no período. Isso indica que os produtores que chegaram à região do Baixo Amazonas compuseram o volume terras necessários à produção de grãos, além das áreas acima de 100ha que foram objeto das investigações sobre grilagem, adquirindo vários imóveis com áreas menores que 100ha, antes pertencentes à agricultura familiar. Como exemplo, destacamos onze produtores migrantes das regiões Sul e Centro Oeste (tabela 16) que utilizaram essa estratégia para aquisição de terras e com ela conseguiram acumular áreas superiores a 100ha, que no seu total corresponderam a cerca de 32,14% do total de área negociada nesse estrato de imóveis. Isso explicita o processo de concentração de terras, próprio da atividade de produção da soja.

Tabela 5: Área negociada por extrato de área e produtor, na Região do Baixo Amazonas, de 1997-2009: imóveis abaixo de 100ha.

Produtor	Número de imóveis negociados	Volume de área (ha)
----------	------------------------------------	------------------------



01	11	516,1580
02	06	478,3903
03	05	294,7963
04	06	486,5339
05	05	177,6164
06	02	112,2748
07	02	116,5642
08	02	129,9776
09	02	192,0852
10	02	197,4789
11	08	242,5095
<b>Total</b>	<b>51</b>	<b>2.944,3851</b>

Fonte: Pesquisa no cartório do 1º Ofício, Santarém, 2010.

Os depoimentos dos produtores entrevistados confirmaram a concentração de terras, os quais possuem áreas entre 500 e mais de 1000ha utilizados na produção de grãos. Os entrevistados informaram ainda que as terras não foram regularizadas. Na verdade, a “garantia” da posse da terra foi dada pelo contrato de compra e venda: “em Santarém somente 10% têm a terra regularizada. Ninguém tem terra regularizada. A minha área eu tenho contrato de compra e venda, tenho o protocolo do INCRA, mas não posso regularizar a terra. São lotes menores de 100ha que foram comprados pelo outro produtor de quem eu comprei<sup>1</sup>”. Geralmente são lotes contíguos ou fronteiros, o que facilita a continuidade das áreas.

A pesquisa realizada possibilitou destacar os seguintes procedimentos para a aquisição de terras dos assentados na região, pelos produtores de soja.

1. O produtor de soja, já instalado há mais tempo na região, negocia a compra da terra, para um novo produtor;
2. Uma vez fechado as primeiras negociações dirige-se ao cartório para emissão da procuração de caráter irrevogável e irretroatável dando plenos poderes para alienar, vender, transmitir e proceder aos encaminhamentos junto aos órgãos oficiais para quitação do imóvel;
3. De posse da procuração o comprador vai até o INCRA, (quita a dívida com a UNIÃO) e solicita a certidão de quitação do imóvel;

<sup>1</sup> Entrevista realizada com A.N. em 27.08.2010.



4. De posse da certidão de quitação, vai até o cartório e faz-se o registro da certidão de quitação. A certidão de quitação cessa a condição anterior do imóvel rural financiado pelo INCRA. No levantamento realizado no cartório das 257 operações de compra e venda de imóveis rurais foram identificados 172 registros de certidões de quitação emitidas pelo INCRA<sup>1</sup>;
5. Examinando os dados do cartório foi possível observar que, na maioria das operações realizadas no período de 2001 a 2005, após cerca de um ou dois meses (em alguns casos um pouco mais) o comprador volta ao cartório e faz a averbação da Escritura Pública de Compra e Venda na matrícula do imóvel. Fato que concretiza a mudança de proprietário na cadeia dominial do imóvel.

Outra situação observada em alguns registros foi que, logo após a averbação da Escritura Pública de Compra e Venda, foi feito o registro da hipoteca resultado do empréstimo bancário, junto ao Banco do Brasil, ou ao BASA ou ainda junto à Cargill. Tudo se processa em um curto espaço de tempo.

Outro tipo de estratégia utilizada como garantia da posse da terra é a manutenção do imóvel usando somente a procuração. Ou seja, mantém-se a propriedade do imóvel com o contrato de compra e venda e a procuração pública irrevogável e irretratável. Trata-se do uso de uma prática jurídica aos moldes do chamado “contrato de gaveta”, comumente utilizado nos casos de compra e venda de imóveis financiados pela política governamental habitacional urbana. No contrato de gaveta há a venda do imóvel, mas mantém-se o financiamento ainda no nome do primeiro comprador. Contudo, no caso de imóvel rural, diferente do imóvel urbano, uma vez de posse da procuração e usando dos esquemas de grilagem pode-se pleitear a certidão de posse o que permitirá o acesso ao financiamento para a produção de grãos.

## CONCLUSÃO.

Os dados da pesquisa de imóveis registrados revelam a expressiva quantidade de negócios realizados envolvendo os imóveis abaixo de 100ha, em sua totalidade correspondem a Títulos emitidos pelo INCRA fruto da Política de Colonização e ocupação da Amazônia. O aumento no número de registros de Títulos, emitidos pelo

---

<sup>1</sup> Corresponde ao número de averbações de certidões de quitação explicitamente identificadas na ficha de matrícula dos imóveis. Foi observado que algumas operações de compra e venda envolvendo Títulos emitidos pelo INCRA, não constava da ficha de matrícula a averbação da certidão de quitação. Havia o registro do título e posteriormente o registro da Escritura Pública de Compra e Venda, acrescido, em alguns casos, da observação de que o título estava devidamente quitado.





INCRA, no cartório durante os anos acompanhou o volume de transações de vendas realizadas no período. Isso indica que os produtores de soja que chegam a região do Baixo Amazonas compuseram o volume terras necessários a produção de grãos adquirindo vários imóveis com áreas menores que 100ha, antes pertencentes a agricultura familiar. Com essa estratégia os produtores conseguiram acumular cerca de 30% do total de volume de área negociada nesse estrato de imóveis. Isso explicita o processo de concentração de terras próprio da atividade de produção da soja. Como decorrência da expansão da soja na região houve uma violenta valorização das terras com uma variação de cerca de 1.500% no período da pesquisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In ALMEIDA, A. W. B., & CARVALHO, G. (org). **O Plano IIRSA na visão da sociedade civil da Pan-Amazônia**. Belém, FASE/Observatório COMOVA, UFPA, 2009.

BICKEL, U. Brasil: expansão da soja, conflitos sócio-ecológicos e segurança alimentar. Universidade de Bonn, Alemanha, 2003. (Tese de Mestrado). 168f.

CASTRO, E. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. In **Novos Cadernos NAEA v. 10, n. 2**, p. 105-126, dez. 2007.

CASTRO, E., MONTEIRO, R., & CASTRO, C.P. **Estudo sobre dinâmicas sociais na fronteira, desmatamento e expansão da pecuária na Amazônia**. Banco Mundial. 2002.

CASTRO, E., MONTEIRO, R. Setor madeireiro, dinâmica de atores e política florestal. In **Zooneamento-Ecológico Econômico da área de influência da rodovia da BR-163 (Cuiabá- Santarém): gestão territorial**. Belém, EMBRAPA, Amazônia Oriental, 2007. Volume 1: diagnóstico do meio socioeconômico, jurídico e arqueologia. ps. 168-200.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. Relatório do levantamento preliminar dos impactos sócio-ambientais da expansão da agricultura mecanizada na região de Santarém. Santarém, 2004.

COSTA, F. de A. Trajetórias tecnológicas, territórios e mercado de terras na Amazônia. In SAUER, S. & ALMEIDA, W. (org). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília. Editora Universidade de Brasília, 2011.



GAYOSO DA COSTA, S. Agronegócio e terras na Amazônia: conflitos sociais e desterritorialização após a chegada da soja na região do Baixo Amazonas no Pará. In SAUER, S.; ALMEIDA, W. (org). Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011. p. 69-89.

\_\_\_\_\_. **Grãos na Floresta: estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia.** 2012, 322 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) PPGDSTU/NAEA/UFPA, Belém, 2012.

HOLSTON, J. Legalizando o ilegal: propriedade e usuração no Brasil. In Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 21, 1993, p. 69-89.

INFORMA ECONOMICS AMERICA SOUTH – FNP. **Análise do mercado de terras.** Relatório bimestral – N.º 39– janeiro/fevereiro 2011.

MOTTA, M. Nas fronteiras do poder: conflito de terra e direito à terra no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro. Vico de Leitura, 1998. 252f.

PUTY, C.A.C.B. Agricultura Empresarial Mecanizada. In **Zooneamento-Ecológico Econômico da área de influência da rodovia da BR-163 (Cuiabá- Santarém): gestão territorial.** Belém, EMBRAPA, Amazônia Oriental, 2007. Volume 1: diagnóstico do meio socioeconômico, jurídico e arqueologia. ps. 229-252.

SÁ, M. E. R de; GAYOSO, S., TAVARES, L. P. de O. “O rural-urbano em Santarém: interfaces e territórios produtivos”. In: **Ana Cláudia Duarte Cardoso (org.) O rural e o urbano na Amazônia. Diferentes olhares em perspectiva.** Belém: Editora Universitária UFPA, 2006. p. 114-157.



## REGIÃO DE TUCURUÍ E MOBILIZAÇÕES SOCIAIS NO QUADRO DAS TRANSFORMAÇÕES RESULTANTES DA CONSTRUÇÃO DA UHE TUCURUÍ<sup>1</sup>

Jurandir Santos de Novaes<sup>2</sup>  
Rosa Elizabeth Acevedo Marín<sup>3</sup>  
Helciane de Fátima Abreu Araujo<sup>4</sup>  
Cynthia Carvalho Martins<sup>5</sup>

**RESUMO:** Neste artigo pretendemos analisar processos decorrentes da implantação de projetos de infraestrutura, os efeitos nas estratégias de resistência dos movimentos sociais e na reprodução de povos e comunidades tradicionais no sudeste do Pará. Trata-se de situações sociais que nos desafiam a compreender as mudanças por que passa a região amazônica, com efeitos diretos no uso dos recursos, nos territórios. Examinamos a construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí e refletimos sobre a desestruturação reiterada das formas de vida pré-existentes, *pari passu* às mobilizações dos agentes para realizar a defesa do território e de condições de reprodução social e cultural.

**PALAVRAS-CHAVE:** hidrelétrica de Tucuruí; projetos de infra-estrutura; estratégias; resistência.

**ABSTRACT:** This article complies with the intent to analyze processes resulting from the implementation of infrastructure projects, the effects on social movements resistance strategies and the reproduction of traditional communities in southeastern region of Pará. We hereby present elements for the analysis of the correlation between such process and the installation of the Tucuruí Power Plant. This is related to social situations that challenge us to understand the changes to which the Amazon region was submitted, with direct effects on resource use in these areas. The continuous disruption of pre-existing life forms is brought to mind, *pari passu* to the mobilization of agents used to accomplish the defense of the territories and the conditions of social and cultural reproduction.

**KEYWORDS:** Tucuruí power plant; infrastructure projects; strategies; resistance.

<sup>1</sup>Artigo elaborado como parte de um processo de pesquisa desenvolvido entre os anos de 1992 e 1994 no âmbito do “Seminário Consulta”, posteriormente “Fórum Carajás”. Insere-se nos resultados de atividade de pesquisa que se realiza no Projeto Mapeamento Social como Instrumento de Gestão Territorial contra o Desmatamento e a Devastação: Processos de capacitação de povos e comunidades tradicionais (UEA, UFAM, UEMA, UFPA), com apoio do Fundo Amazônia e também em atividade de pesquisa que se inicia, com apoio do CNPQ através do Projeto de Pesquisa “Territórios e Recursos de Povos e Comunidades Tradicionais em Colisão com Obras de Infra-estrutura, projetos minero- agroindustriais e Estratégias Empresarias na Amazônia” (UEMA, UFMA, UFAM, UFPA).

<sup>2</sup>Doutor. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: jurandirnovaes@yahoo.com.br

<sup>3</sup>Doutora. Universidade Federal do Pará (UFPA).

<sup>4</sup>Doutora. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).

<sup>5</sup>Doutora. Universidade Estadual do Maranhão (UEMA).



## 1. INTRODUÇÃO

A questão da terra e do acesso aos recursos na região de Tucuruí, no Sudeste do Pará revela e situa em cada etapa novos processos de expropriação, ao mesmo tempo em que a organização dos agentes sociais mostra novas estratégias e ações políticas. Após a tumultuada e violenta expropriação de indígenas, pescadores, agricultores, extrativistas e colonos, provocados pela construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHE Tucuruí), em 1984, e iniciada nos final dos anos 70, hoje se assiste a novos processos de expropriação, deslocamentos forçados acompanhados de violência e controle político. Estes se revigoram no exercício de poder das instituições oficiais como Eletronote, Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA, Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, e das empresas madeireiras e mineradoras, com efeitos diretos e reiterados na desestruturação das formas de vida pré-existentes.

A ampliação da UHE Tucuruí, a partir de 2004, e a construção da eclusa, mobiliza a definição de novas estratégias por estes agentes, diante a renovação das ameaças territoriais por meio de reassentamentos, de restrição e de inviabilização de uso dos recursos naturais. O que vem acompanhado do controle de mecanismos de participação, de judicialização de protestos, de despolitização e desmonte das organizações sociais e políticas.

Contudo, face à pauta pendente de indenizações ainda dos anos 80-90, são ativadas diferentes formas organizativas como associações de expropriados, acampamentos, ações jurídicas. Novas práticas associativas e de organização política procuram abranger o conjunto de situações sociais que denotam a atualidade destas problemáticas e, a permanência, revigoramento da resistência dos agentes sociais diretamente concernidos por ameaças à sua reprodução física e cultural.

Este artigo busca analisar efeitos implicados na implantação de projetos de infraestrutura que cercam a região de Tucuruí dominados pela hidrelétrica e as estratégias de resistência de diferentes grupos sociais organizados em movimentos sociais. Entendemos que estes se colocam como desafio à reflexão sobre as mudanças pelas quais passa a região amazônica, o que representa a expressão desigual de poderes





de intervenção, de autoritarismo de um modelo de desenvolvimento, que não cessa de atingir os povos e comunidades tradicionais.

## 2. MUDANÇA E PERMANÊNCIA NAS ESTRATÉGIAS

Desde a instalação do projeto da UHE Tucuruí, a chamada “hidrelétrica da ditadura” (PINTO, 2012) acumulam-se conflitos e tensões entre os que passaram a ser chamados de atingidos em razão de uma ordem empresarial que articula a obra em suas dimensões física e política. O significado da instalação deste projeto recai sobre os que sobreviviam dos recursos naturais - indígenas, pescadores, agricultores e um conjunto de outros agentes sociais que residiam e trabalhavam para além dos 2 mil e 430 quilômetros quadrados inundados para a formação do lago reservatório em 1984-1985 na considerada primeira etapa do projeto. O mesmo pode-se afirmar sobre a segunda<sup>1</sup> etapa e a construção da eclusa.

Bourdieu explica que às “estratégias de reprodução” não se podem “atribuir ao cálculo racional, ou mesmo à intenção estratégica, as práticas através das quais se afirma a tendência dos dominantes, dentro de si mesmos, de perseverar. É lembrar somente que o número de práticas fenomenalmente muito diferentes, organiza-se objetivamente, sem ter sido explicitamente concebidas e postas com relação a este fim, de tal modo que essas práticas contribuem para a reprodução do capital possuído” (BOURDIEU, 1989, p. 386-387).

Na região de Tucuruí é possível distinguir e analisar estratégias de resistência que conectam o conjunto de práticas dos diversos agentes sociais. Pode se afirmar que há um acúmulo de capital político desses movimentos e agentes para resistir aos deslocamentos forçados e garantir sua reprodução física e cultural, mediante um processo político-organizativo que necessariamente é renovado. Na descrição das organizações é possível identificar o significado político das ações em lutas e posições diferenciadas.

---

<sup>1</sup> Segunda etapa conhecida como “Tucuruí 2” elevou a capacidade instalada para 8.400 mw, elevando a cota de 72 m para 74 m.



## 2.1. “Ilhas” – “ilha”: alternativa a uma situação de restrição de recurso

Os autodenominados “moradores das ilhas” do lago reservatório da UHE Tucuruí se configuram em unidade de mobilização constituída a partir de diferentes situações sociais decorrentes da instalação da usina. Após o barramento do Rio Tocantins, estes “moradores” consideram terem sido “empurrados” do seu lugar de moradia e trabalho, em busca da garantia da sua sobrevivência, para cerca de 2 mil ilhas. Somente na região do Caraipé somavam antes da segunda etapa do projeto, 552 ilhas onde residiam e trabalhavam centenas de famílias.

A escassez do pescado<sup>1</sup> em razão da alteração do ciclo reprodutivo dos peixes e mariscos significa a inviabilização da cultura de várzea à jusante da barragem, entre outros municípios, os de Cametá, Baião, Mocajuba, Limoeiro do Ajuru e Igarapé Mirim, pois comprometeu o acesso aos recursos advindos da principal fonte que é o rio. Tais efeitos, contudo não foram inscritos pela Eletronorte dentre aqueles que levariam pescadores e pequenos produtores rurais a terem direito à indenização pelos danos resultantes da implantação da UHE Tucuruí.

Aqueles que migraram para a cidade de Tucuruí com o desejo de trabalhar e que foram dispensados ao final das obras, ou durante o processo crescente de liberação de trabalhadores pelas empresas, encontram-se trajetórias distintas. Uma delas foi a de Arnaldo Gomes, que trabalhou na “Operação Curupira”, e ainda na Eletronorte, na Reflorestadora Água Azul numa sequência que teve início com a saída de Cametá em 1989.

Grupo de famílias que possuía terras nas quais viviam e trabalhavam e que se relacionavam com o mercado através da compra de bens que não produziram ou não dispunham (devido a distância do rio), como peixe e camarão em troca de produtos (principalmente farinha) representa outra trajetória, qual seja a de “comerciante”, que praticamente desapareceu após a redução na quantidade de peixe à jusante da barragem.

---

<sup>1</sup>Com a implantação da barragem se modificam os ambientes aquáticos tanto acima (à montante) quanto abaixo (à jusante) da usina. Dados do INPA apontavam que no Rio Tocantins existia cerca de 350 espécies de peixes. (FEARNSIDE, 2000).



## 2.2. Reassentamento, conflito e rearticulação de estratégias

O *reassentamento* como recurso de compensação em razão da inundação de terras para a formação do lago reservatório se estendeu para além deste critério. Identificam-se nas reentrâncias do lago – Gleba Parakanã - desequilíbrios ambientais, como a chamada “praga de mosquitos”, que para além de um fenômeno biológico, incidiu sobre a saúde, o trabalho, e por fim, sobre a própria permanência das famílias na área infestada, se impondo o remanejamento ou realocação. As alternativas de solução à infestação não indicam para as famílias que residem e trabalham a viabilidade de permanência nessas terras.

Alguns fatos entre os anos de 1989 e 1993, relativos ao reassentamento das famílias, expressam a conformação de uma pauta que não é assumida pela Eletronorte como prioridade, o que leva à instalação de um acampamento à entrada da empresa que se manteria por quase 4 anos até o remanejamento das famílias com a criação do Projeto de Assentamento do Rio Gelado, em Novo Repartimento (PA).

Destacamos alguns eventos reveladores de uma relação conflituosa e procrastinatória que não se encerra com a criação do referido projeto de assentamento: em 1989, foi instalada uma Comissão Multi-institucional para fins de avaliação e proposições de solução (1989). O relatório desta comissão não inscreve o remanejamento como solução diante das perdas das benfeitorias, e é taxativa na resposta negativa a esta solução, indicando saída provisória da área; a Eletronorte é obrigada a reconhecer a insalubridade da área (1990). Ainda neste ano a Eletronorte se compromete a realizar estudos para realocação das famílias. Porém o direito à indenização<sup>1</sup> seria apenas daquelas realocadas no período de formação do lago, daqueles que por livre vontade deixassem a área e por fim, as famílias assentadas por órgãos estatais.

O processo de negociação com a Eletronorte vai assumindo caráter litigioso, vão sendo formadas comissões de estudos não resolutivos, ao mesmo tempo em que as

<sup>11</sup> Levantamento realizado pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí – STR de Tucuruí, apresentado em 5 de março de 1990, apontou que 74,58% das famílias consultadas desejam alternativa de indenização com direito realocatório e 25,42% a melhoria da área. Nesta data 60% das famílias já haviam deixado a área (STR Tucuruí, 1990). Durante a apresentação do levantamento, a Eletronorte propõe que as famílias permaneçam na área, o que foi recusado pelo STR.



famílias através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí - STR de Tucuruí e da Associação dos Expropriados da Velha Jacundá, frente às indefinições, decidem em 1991 acampar em frente à guarita da Vila Residencial da Eletronorte em Tucuruí.

As mobilizações pelo reconhecimento da insalubridade se ampliam com a incorporação de 14 entidades civis exercendo pressão através da Comissão Parlamentar de Inquérito das Barragens (JORNAL O LIBERAL, 1991), e concomitantemente ocorre a tentativa de desqualificação das famílias. Apenas uma parte das mesmas é reconhecida pela Eletronorte. As demais são referidas como “réus” e “invasores desconhecidos, surgidos ninguém sabe de onde” (ELETRONORTE 1991, p.1).

As estratégias adotadas podem ser identificadas também nos termos de Almeida (1989) como situações de conflitos localizados que envolvem aparelhos de poder, cujas instituições de caráter econômico ao implantar seus programas, o fazem como uma ordem a ser acatada a todo custo, conduzindo a um ponto insustentável e de extrema tensão. Ações de “ocupações” do escritório da Eletronorte como meio de assegurar a realocação e as condições de sua efetivação para os autodenominados “colonos” buscam garantia de indenização pela perda das terras, de animais e benfeitorias. Exigem ainda, a dotação de infraestrutura na nova área indicada, e definição de tamanho do lote como requisito para a relocação. Estes agentes ainda se confrontam com a possibilidade de não remoção, o que denota o caráter não resolutivo das conclusões das comissões e grupos como o Grupo Interministerial criado em 1991.

Frente ao vigor das reivindicações o Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA através da Superintendência Estadual do Pará dá início à identificação e vistoria da área para relocação das famílias concluindo que “10% da área é ocupada por posseiros, o restante em sua maior parte é pretendida por madeireiros, com objetivo único de extração de madeira de lei, principalmente cedro e mogno, garimpos e extração de ouro (...) a área é tecnicamente propícia ao remanejamento”. (SILVA; SANTOS, 1992). Tais evidências, contudo, não impedem a criação do Projeto de Assentamento Rio Gelado<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Resolução nº 203 do Conselho de Diretores do INCRA – Cria o “Projeto de Assentamento do Rio Gelado”.





As famílias mantiveram-se acampadas desde 1991 em frente ao portão da Eletronorte em Tucuruí foram relocadas para o PA Rio Gelado em setembro de 1993 sem que a situação de superposição da ação de madeireiros, garimpeiros e ocupações pré-existentes na área tenha sido solucionada<sup>1</sup>. Desencadeia-se um processo judicial e administrativo junto à empresa madeireira em meio a ameaças e situações de violência contra as famílias assentadas. Trata-se de situações em que agentes estatais e a empresa madeireira promovem um deslocamento para tensões e conflitos em que as famílias relocadas passam a ser envolvidas. Diante da interdição de uso de parte da área em razão das ameaças sofridas, e da imperiosa necessidade de sua reprodução, as famílias exercitam uma experiência de produção coletiva denominada “roça comunitária”<sup>2</sup>, que representava naquele momento uma ação de resistência que os reunia para acessar a terra e desenvolver formas de uso comum dos recursos. Em que medida estas resistências se atualizam frente a uma denominada “Etapa II” desta obra, que incide desestruturando formas de existência social e ambiental, é o que se apresenta como desafio à reflexão.

### **3. IDENTIDADES COLETIVAS, CONFLITOS E POLÍTICA DE COMPENSAÇÃO DA I E II ETAPA DA UHE TUCURUÍ**

A construção de “grandes obras” impulsiona o surgimento de identidades coletivas, redefinidas situacionalmente, em mobilizações continuadas, que assinalam tanto as

<sup>1</sup> Em setembro haviam 180 lotes demarcados e “impedidos”. Naquele momento os trabalhadores temiam que o período de preparação do solo se esgotasse. O percurso de 148 km feito em 1993 entre Novo Repartimento e o local onde foi implantada a “roça comunitária”, se deu por 65 km de estrada construída pela Eletronorte à época dos remanejamentos decorrentes da formação do lago reservatório da hidrelétrica, 3,5 km construídos por uma empresa contratada pelo INCRA como parte da implantação de infraestrutura do P. A Rio Gelado. O restante foi feito através de estradas construídas por madeireiras. A partir do momento em que se avistava a área havia bifurcações ou os ramais para o interior da mata conhecidos como “arrastão”.

<sup>2</sup> A roça comunitária surge da necessidade de assegurar a sobrevivência das famílias que não contam mais com doações de terceiros em atividades de solidariedade como nos primeiros meses quando eram notícias regulares na imprensa. Por outro lado, assegurar a terra, pressionar de forma silenciosa os executores do projeto poderia ser uma estratégia, embora não seja explicitado quando um sindicalista que foi “expropriado” “atingido pelo mosquito”, e recentemente em uma entrevista durante este trabalho se diz ser um “colono” mesmo atingido pelo mosquito (...) Olha a roça comunitária foi feita por 106 pessoas. O caráter da roça comunitária, o caráter dela é o seguinte: muitas tá até fora já da Gleba Parakanã uma grande parte, a maioria deles no acampamento dissemos que não voltamos mais prá Parakanã, e se quer fazer uma rocinha pra sobreviver.” (R.C.S, entrevista realizada em dezembro de 1992)



unidades sociais em jogo como as unidades de mobilização. Para Almeida (2004) um conjunto de mobilizações, especialmente a partir dos anos 90, assinala a emergência de “novos movimentos sociais”, entre os quais se destaca o “Movimento dos Atingidos de Barragem (MAB), o Movimento pela Sobrevivência da Transamazônica, o Movimento dos Atingidos pela Base Espacial de Alcântara (MABE) e outros que se articularam como resistência a medidas governamentais e contra os impactos provocados por essas “grandes obras”: rodovias, barragens, campos de provas das Forças Armadas”.

Na década de oitenta, o debate sobre os efeitos da UHE de Tucuruí para os pescadores, extrativistas, agricultores de várzea, colonos localizados no que se constituiu como montante e jusante com a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, registrava diversas dimensões situacionais, referidas a essas mobilizações. Assim surgiam as categorias de “atingidos”, “moradores das ilhas”, face às decisões arbitrárias da Eletronorte e de outras instituições governamentais e empresas. A identidade de atingidos abrangeu os povos indígenas - Akrãnykatejê ou Gavião da Montanha, Assurini do Tocantins e Parakanã que perderam e-ou foram retirados violentamente de suas terras. O processo judicial movido pelos Akrãnykatejê que tramita desde 1989 recebeu decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em Brasília, em março de 2011, a qual determina à Eletronorte<sup>1</sup> a compra de terras do Condomínio Bela Vista, um conjunto de fazendas já aprovado pela Funai e pelos indígenas.

Na região de Tucuruí, a Eletronorte não reconheceu direitos territoriais de povos e comunidades tradicionais tanto à montante como à jusante. Somente as estratégias de resistência, a mobilização social - marchas, greves, ocupações, acampamentos – e a intervenção judicial têm forçado a empresa a adotar medidas contempladas no discurso de políticas compensatórias e mitigadoras. A análise cruzada dos agentes sociais, as identidades acionadas no espaço social criado por esta intervenção empresarial - à jusante, nas ilhas e à montante nas Etapas I e II apresenta vantagens para

<sup>1</sup> A Eletronorte interpôs no mês passado Embargos de Declaração. Este processo tramita com o número 89.00.01377-7. Ver: Eletronorte se recusa a cumprir sentença em favor de índios atingidos pela usina de Tucuruí. Consultar o link: <http://ven.to/fy2>



compreender as transformações sociais, políticas, ecológicas e econômicas enquadradas desde o final da década de setenta até o presente.

Sabe-se que na I Etapa, à jusante não foram formalizados remanejamentos, reassentamentos, pois apesar da ELETRONORTE ter conhecimento de reiteradas advertências sobre os prejuízos e riscos experimentados por pescadores, agricultores, vazanteiros, tangenciou e desconheceu as reivindicações centradas na condição de atingidos.

A jusante e a montante de um rio barrado apresentam “redução do estoque de alternativas” (SIGAUD, 1986), mas são situacionalidades diversas, contudo, factíveis de comparação. Afirma-se que à jusante não experimenta inundação, ao contrário registra-se a redução do volume d’água, estreitamento do leito. O controle das comportas provoca o enchimento abrupto e intempestivo do rio diariamente. As terras perdem a qualidade para o plantio, também ocorre a erosão, a formação de bancos de areia, as dificuldades de navegação e circulação e o deslocamento das moradias diante da perda de faixas de terra das margens do rio. A fauna aquática desaparece. Assim, no decorrer do tempo de vida da hidrelétrica observam-se uma série de efeitos, e os usos efetivos desta parte do rio alteram-se e se aprofundam radicalmente.

Antes da construção da barragem, pescadores e agricultores aproveitavam os recursos da várzea e terra firme, construindo territorialidades específicas. Os pescadores das Vilas Capoteua, Perdeneiras e Criolas – que não dispõem de energia elétrica - alternavam no rio Tocantins a pesca tradicional, com o aproveitamento da várzea para agricultura e extrativismo. Estas atividades obedeciam a um calendário regado pelas estações de chuva e seca. Nestas vilas que ficam entre 15 e 18 Km abaixo da hidrelétrica de Tucuruí ocorrem processos diferenciados relacionados à profunda alteração do volume de água do rio e à imprevisibilidade do fechamento e abertura das comportas. A construção das eclusas de Tucuruí II também contribui na ruptura de qualquer possibilidade de “equilíbrio”.

O impacto da dinâmica técnica e política de elevação, decréscimo do volume de água provoca alterações na fauna que não sobrevive à intempestividade das águas. A descrição destas limitações para a atividade da pesca é relacionada à falta absoluta de



alimentos para as famílias. Na jusante do rio Tocantins está desaparecendo a fauna aquática. Os pescadores procederam a se organizar e tornar públicas suas reivindicações de alternativas de sobrevivência e a situação renovada é a dificuldade de continuar sendo “pescadores ao pé da barragem” com a construção da eclusa.

Em 2005, mais de 600 “expropriados” ocuparam durante 11 meses a praça localizada na Vila Residencial como forma a abrir negociações com a Eletronorte sobre as indenizações não pagas. A Eletronorte, governo do Estado do Pará, e entidades federais criaram o PROSET – Programa Social dos Expropriados da Primeira Etapa da UHE Tucuruí, em substituição à pauta das indenizações.

Alguns pescadores do pé da barragem foram abrangidos pela Cooperativa dos Pescadores Artesanais e Aquicultores de Tucuruí e Região (COOPAT) constituída em 2008. Este projeto constituiu um dos condicionantes para que a hidrelétrica fosse construída. A liberação de recursos apenas ocorreu em março de 2010, contudo, o plano revela inúmeras irregularidades que o inviabilizam, a exemplo da relação entre tanques e número de famílias, a quantidade de ração desperdiçada, a localização dos tanques no município de Breu Branco, distante das vilas da jusante onde residem os pescadores, que tinham que se deslocar diariamente.

A diversidade de situações e conflitos sociais à montante da UHE Tucuruí converge para a identidade coletiva de “expropriados”, estimados em 5.190 expropriados depois de 2004. Deste número, a Eletronorte “beneficia” somente 3000, e os demais lutam para sobreviver em situações mais adversas face ao não reconhecimento de direito à indenização. Aqueles que lutam pela conquista de terras afirmam a auto identificação como “acampados”. No acampamento João Canuto, localizado na BR 422, ou Trans Cameté, encontram-se 61 famílias que exigem do INCRA ações de regularização fundiária e assim poderem desenvolver de forma segura práticas de cultivo de hortigranjeiros, do extrativismo e agricultura.

Os “moradores das ilhas” do lago ou reservatório da UHE Tucuruí – referem a uma espacialidade formada aproximadamente por mais de 2000 ilhas, reduzidas com a Etapa II a aproximadamente 1600 ilhas, ocupadas por quase 12 000 pessoas. Desde o início desta década ficaram sujeitos à condição de moradores de uma Área de Proteção





Ambiental. Esta modalidade (APA) chegou a ser vista como a síntese de uma “reforma agrária ecológica”. As formas de existência nas ilhas, o espaço redefinido e configurado pela inundação das águas do rio represado, é apresentado com diferentes impactos socioambientais.

Com a alteração da quota de 72 para 74 desaparecem ilhas e com as enchentes e vazantes arbitradas pela Eletronorte a pesca se tornou restrita. Isto provocado pela migração de várias espécies que se deslocam até à cachoeira do rio e têm seu retorno inviabilizado pela abertura das comportas e consequente queda no nível do rio; pela redução de estoques e mortalidade de espécies devido às variações de temperatura no lago. As margens do lago, as condições das terras e dos igarapés e rios pré-existentes se alteraram. Os lugares de desova são violentamente destruídos pelos volumes de água liberados com a abertura e fechamento das comportas. Essas realidades específicas encontram menor ressonância na organização dos expropriados, e como moradores de ilhas, são vistos pela Eletronorte como uma população indesejada. Nenhuma das ilhas usufrui de fornecimento de energia elétrica e não tem recebido recursos para instalações educativas e de saúde. Ao mesmo tempo, em que a água do lago vem progressivamente, se tornando insalubre, e tem sido objeto de estudos, dadas as evidências da sua qualidade como a formação de uma camada espessa de lodo na lâmina d’água e outros fatores ambientais que se estendem desde a formação do reservatório e a inundação da floresta.

Neste conjunto foram decretadas Zonas de Preservação da Vida Silvestre – ZPVS, reservadas na I Etapa como área de soltura para animais não domesticados. As famílias residentes têm estado sob uma permanente pressão para desocupação destas ilhas. Existem duas ZPVS – a primeira com 90 famílias e a segunda com 24, que não contam com cobertura de políticas compensatórias, são alvo de controle e por vezes, de violência, pois entram em choque com a visão preservacionista e protecionista da Eletronorte.

Podem-se observar situações de expropriação continuada - e renovada - em muitos lugares, como o bairro da Antiga Matinha, em Tucuruí, de onde as famílias foram remanejadas em razão da construção da Eclusa de Tucuruí. A realocação se deu para um conjunto residencial padronizado, construído pela Prefeitura de Tucuruí e apoio financeiro



do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT, em um bairro de nome “Nova Matinha” nos arredores da cidade em uma área de mangue aterrada, e até o momento sem urbanização concluída, e de onde se pode avistar a eclusa no seu lado oposto ao bairro da “Antiga Matinha”. Contudo, a realocação não se faz sem resistências, como daqueles que se recusaram a deixar suas casas, a aceitar os valores propostos pela Eletronorte. Entre as casas intercaladas na área, no caminho de acesso ao portão da eclusa, na sua parte da “transposição de baixo”, há a do Sr. Celi Simões das Mercês, que afirma ter havido recentemente nova tentativa de cadastro, e mantém posição de continuar morando no bairro, dentre outras razões, reiterou, agora em 2013, a sua decisão anterior, de que “o problema é o conforto da minha casa, que é grande, quando é fim de ano a minha família vem e cabe todo mundo (...)”. O Sr. Celi reside na área que não conta com serviço público de limpeza, capinação e outros serviços urbanos, como forma de constranger aqueles que resistem.

Em 2013, a região de Tucuruí possui 96 Projetos de Assentamento. O comentário do presidente da Associação das Populações Organizadas Vítimas das obras do Rio Tocantins e Adjacências - APOVO é que alguns dos assentamentos já estão reservados e identificados como local de exploração mineral, como mencionava em relação à “área do Cururu”. Rapidamente, os assentamentos refazem as limitações de sua sustentabilidade e permanência face aos efeitos da II Etapa, e da anunciada Etapa III, o que pode representar mudanças na sua exploração, com impactos ambientais e sociais.

A APOVO segundo seu presidente, Esmael Rodrigues Sequeira “existe em função dos expropriados da Eletronorte”. De forma estratégica a Eletronorte realiza a tentativa de reduzir o significado da condição de expropriados denominando-os de cooperados, por meio do PROSET. Se esta estrutura e as cooperativas são apontadas como instrumentos de apropriação ideológica, política e econômica por esta empresa, esta não tem podido controlá-las como lugar de disputas. O Sr. Raimundo Alburquerque de Almeida explica que participou de 21 reuniões para montar o PROSET. Igualmente, o grupo de entrevistados, em Tucuruí e em Breu Branco foi enfático na sua luta política por retirar os dirigentes que à frente das cooperativas, que segundo estes, agiram “contra a ética”. A “invenção” das cooperativas é percebida pelos expropriados como controle externo dos



recursos financeiros, aprovados em ações jurídicas que ao invés de favorecer algumas reparações os envolve em uma auréola e “engano e corrupção”.

A pretendida transição de expropriados para cooperados é assim explicada: “A empresa tem a convicção que o expropriado que resolver fazer parte de uma cooperativa estará contribuindo de forma positiva para melhorar a vida de sua família” (PROSET, 2009, p. 2) As seis cooperativas criadas em Tucuruí, Breu Branco, Novo Repartimento, Jacundá, Itupiranga e Nova Ipixuna mostram dificuldades que os têm mobilizado para novas eleições e reapropriação dessas estruturas para atender ao projeto político de afirmação de direitos coletivos.

A APOVO se apresenta como uma possibilidade para novas mobilizações e articulação do movimento, ao aglutinar diferentes organizações que se formam para fazer frente à expropriação continuada e renovada pela Eletronorte, como motora, e outros agentes estatais, associados à mesma dinâmica. Por outro lado, a proposta de associação cooperativista como resposta à reivindicação de indenizações pendentes por parte desta empresa se apresenta como um instrumento de controle e de silenciar, cessar as demandas por danos reiterados às famílias diretamente atingidas pela segunda etapa da hidrelétrica.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na região de Tucuruí se aprofundam as transformações provocadas pela implantação da “grande obra” de construção da UHE de Tucuruí, um divisor de formas de uso dos recursos naturais - água, terras, florestas que implode com as formas de existência social pré-existentes. A perda e devastação dos recursos é mensurada coletivamente por estes grupos que se situam na condição social de expropriados, conforme a identidade coletiva prevalecente nos seus discursos e nas suas organizações políticas - diversas associações e a articulação representada pela APOVO.

Estas perdas são contabilizadas cotidianamente: redução de peixe e da alternativa de ser pescador, perda de terras e territórios, desgaste e desesperança ante à arbitrariedade da empresa nestes 30 anos de existência da obra. Os moradores das ilhas



vêm desaparecer faixas de terras pela erosão ou pela invasão das águas. O território dos Assurini do Tocantins encontra-se parcialmente inundado. Os indígenas constatarem a perda das nascentes que estão dentro das fazendas que os cercam. Além dessa perda conferem a invasão de madeireiros, a pavimentação de estradas, o anúncio de exploração mineral dentro dos seus limites, somando a isso a dificuldade para encontrar faixas de terra para agricultura.

Sob diversas perspectivas os conflitos sociais e o aprofundamento de impactos ambientais - a exemplo da contaminação do lago pela dosagem de mercúrio, amônia - tem se intensificado, sem que a Eletronorte, revise sua agenda de pendências e sua posição face aos dramas sociais e aos traços de ecocídios que são banalizados pelas empresas e pelas instâncias de controle e execução de política públicas. À burocracia dos órgãos e à ação das empresas corresponde na visão de alguns expropriados entrevistados, a morte social dos expropriados como intencionalidade.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Alfredo. W. B. de. Terras Tradicionalmente Ocupadas: Processos de Territorialização e Movimentos Sociais. **Revista Brasileira Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6. n.1, p. 9-32, maio 2004. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/102>> Acesso em: 8 jun. 2013.

ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DO PROJETO DO RIO GELADO. **Ata da Fundação da Associação dos Trabalhadores Rurais do Projeto de Assentamento Rio Gelado na Gleba Carajás**. Novo Repartimento, Pará, 1993.

ATA de Reunião entre Eletronorte e Representante dos Expropriados. Tucuruí, 10 de setembro de 1982.

\_\_\_\_\_. de Reunião entre Eletronorte e Representante dos Relocados da UHE Tucuruí, 14 de fevereiro de 1990.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas Ditas**. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 1987.





BRASIL. Ministério da Agricultura e Reforma Agrária. Inkra. **Proposta simplificada de Criação do Projeto Rio Gelado**. Belém, 1992.

BRASIL. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Inkra. SE. **Ofício**, 10 de abril de 1993 para Diretor de Recursos Fundiários do Inkra. Belém, 1993.

BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Pará. **Eletronorte se recusa a cumprir sentença em favor de índios atingidos pela Usina de Tucuruí**. 2011. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.gov.br/eletronorte-se-recusa-a-cumprir-sentenca-em-favor-de-indios-atingidos-pela-usina-de-tucuruí>> Acesso em: 8 jun. de 2013.

COLONOS invadem escritório da Eletronorte. **O Estado de Carajás**, Tucuruí, p. 10-17, ago.1991.

COMISSÃO DE APOIO E SOLIDARIEDADE. **Energia Negativa: entenda esse projeto!?** Belém: Ed. Da UFPA,UFPA, 1992.

ELETRONORTE requer ao Juiz de Direito da Vara Cível de Tucuruí Ação de Reintegração de Posse com pedido de liminar. Tucuruí, 1991.

ENCONTRO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TUCURUÍ, 1.,1991.Relatório.Tucuruí, 1991.

GRUPO INTERMINISTERIAL PRÓ-POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS À MONTANTE DA HIDRELÉTRICA DE TUCURUÍ. **Memória de Reunião**. Brasília, 1992.

\_\_\_\_\_. **Programa de Trabalho**. Brasília, 1991.

\_\_\_\_\_. **Ofício**, 19 de abril de 1993 para Presidente do Inkra. Belém, 1993.

\_\_\_\_\_. **Resolução nº 203 de 2 de setembro de 1992**. Conselho de Diretores do Inkra. Brasília, 1992.

\_\_\_\_\_. **Ofício**, 10 de abril de 1993 para Diretor da Diretoria de Assentamento do Inkra. Belém, 1993.

JORNAL O LIBERAL. **Técnicos divergem na forma de conter mosquitos em Tucuruí**. Jornal O Liberal. Belém, 9/7/1992.

BRASIL. Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária. Inkra. SE. **Ofício**, 10 de abril de 1993 para Diretor de Recursos Fundiários do Inkra. Belém, 1993.



BRASIL. Ministério Público Federal. Procuradoria da República no Pará. **Eletronorte se recusa a cumprir sentença em favor de índios atingidos pela Usina de Tucuruí.** 2011. Disponível em: <<http://www.prpa.mpf.gov.br/eletronorte-se-recusa-a-cumprir-sentenca-em-favor-de-indios-atingidos-pela-usina-de-tucuruí>> Acesso em: 8 jun. de 2013.

MOUGEOT, Luc J. O Reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, Pará, Brasil: uma avaliação do programa de reassentamento populacional (1976-85). **Tübinger Geographische Studien**, Geographisches Institut, Universität Tübingen, n. 95, 1987.

NOVAES, Jurandir. S. Aspectos Referentes ao Reassentamento das Famílias que residem na “Área Infestada pela Praga de Mosquitos” à montante da Hidrelétrica de Tucuruí: o Projeto de Assentamento do Rio Gelado. **Relatório de Pesquisa**. Belém, nov. 1993. [mimeo].

\_\_\_\_\_. Efeitos Sociais da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHE Tucuruí: o caso das famílias que moram e trabalham na denominada “Região das Ilhas” do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. **Relatório de Pesquisa**. Belém, nov. 1993. [mimeo]

NUNES, João da Costa. **Ofício**, 16 de abril de 1993 para Ministro da Saúde. Tucuruí, 1993.

PARÁ. Governo do Estado. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. Comissão de Estudos dos Problemas Ambientais Causados pela UHE – Tucuruí. Belém, 1991.

PARÁ. Tribunal de Justiça (Comarca de Tucuruí). **Mandado Liminar de Reintegração de Posse**. Tucuruí, 1991.

PROSET – PROGRAMA SOCIAL DOS EXPROPRIADOS DA PRIMEIRA ETAPA DA UHE TUCURUÍ. Expropriados agora são cooperados. **Informativo, Tucuruí**, n.º 01, jan. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resumo e Atualização dos Fatos Recentes na Busca de Soluções aos problemas dos Atingidos da UHE de Tucuruí – PA**. Tucuruí, 1993.

SIGAUD, L. **Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos**: as barragens de Sobradinho e Machadinho. Rio de Janeiro, Museu Nacional/PPGAS, 1986. Comunicação n.º 9.

SILVA, J.; SANTOS, J. B. Identificação da área pretendida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tucuruí para remanejamento dos colonos afetados pelos mosquitos. **Relatório**. Tucuruí: Inkra, 1992.



SIMAS, Afonso Tiago; COIMBRA, José A. Correa. Carta em resposta à Proposta da participação da Eletronorte nas pleiteadas pelas comunidades e encaminhadas pela Comissão de Estudos dos problemas ambientais causados pela UHE Tucuruí – coordenada pelo Governo de Estado. Brasília: Eletronorte, 1991.

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE TUCURUÍ. **Indignação**. Tucuruí, 1993.

\_\_\_\_\_. **Declaração das Pendências da Eletronorte com os Expropriados**, Tucuruí, 199\_.

\_\_\_\_\_. **Pauta Elaborada pelos Trabalhadores Rurais de Tucuruí e Jacundá com suas Reivindicações para Negociações junto às Autoridades Federais e a Eletronorte**. Tucuruí, (Acampamento), 1991.

\_\_\_\_\_. **Pauta de reivindicação dos Municípios Atingidos pela Construção da Hidrelétrica de Tucuruí**. Tucuruí, 1993.



## DESENVOLVIMENTO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: questões em debate

Maria Elvira Rocha de Sá<sup>1</sup>

Welson de Sousa Cardoso<sup>2</sup>

**RESUMO:** O texto aborda questões sobre processos de desenvolvimento de países, com ênfase naqueles considerados periféricos, partindo de contradições e ambiguidades imanentes ao modo de produção capitalista, reveladas teórica e historicamente, com aproximações empíricas ao caso da exploração mineral na Amazônia brasileira e dos conflitos sociais gerados pelas disputas por terra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Desenvolvimento; Capitalismo; Conflitos sociais.

**ABSTRACT:** The text addresses questions about the development process of countries, with emphasis on those considered peripheral, from contradictions and ambiguities inherent in the capitalist mode of production, revealed theoretically and historically, with empirical approaches to the case of mineral exploration in the Brazilian Amazon and the social conflicts generated by land disputes.

**KEYWORDS:** Development, Capitalism, Social conflicts.

<sup>1</sup> Doutora. Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: marel.rdsa@gmail.com.

<sup>2</sup> Mestre. Universidade Federal do Pará (UFPA).





## 1. INTRODUÇÃO

Falar da crise contemporânea do capital (cujo processo de acumulação é movido por crises sucessivas, das quais parece sair sempre fortalecido) e dos seus impactos exige, não só, uma concepção teórica que dê conta das metamorfoses do *trabalho vivo* no modo de produção capitalista, mas também aponta para uma experiência de militância, lúcida e criativa, capaz de anunciar e construir, coletivamente, um novo modo de produção e um novo projeto de sociedade. Não é suficiente constatar o que está ocorrendo, ao mesmo tempo é necessário projetar um futuro para além do capital e do capitalismo e vislumbrar o que pode significar um “modo de produção dos produtores associados”, como propôs Karl Marx. E, a partir desta inspiração, projetar o novo, centrado, de um lado, na potencialização do “trabalho vivo”, entendido como “trabalho humano” em toda sua plenitude em termos de capacidade inesgotável e infinita de criação e recriação e, de outro, na emancipação hegemônica da(s) classe(s) trabalhadora(s).

## 2. MODELOS DE DESENVOLVIMENTO NA CONTEMPORANEIDADE: uma aproximação crítica

O que temos no Brasil de hoje é a predominância de um sistema de livre mercado capaz de introduzir uma lógica de organização da sociedade determinada pelo lucro, pelo aumento do capital. Essa lógica, que domina a política e a economia, é pautada, no atual estágio do processo de acumulação do capital, pelos interesses do sistema financeiro e do mercado, não dando prioridade às necessidades sociais básicas dos grupos de trabalhadores/as que são maioria em termos populacionais. Quando se menciona neste mercado a demanda, pensa-se naquela que abre a possibilidade de lucro. Porém, a demanda de quem não tem como promovê-lo, não é considerada por esta lógica.

Este é um modelo de desenvolvimento econômico balizado pela nova estrutura global de organização da economia, que não possibilita oportunidades iguais de geração e distribuição de renda. A maioria das análises econômicas estão voltadas para adequar melhor o sistema capitalista de mercado, sem, no entanto, serem convincentes com as



soluções apresentadas. Estas análises apenas justificam as tentativas dos últimos ajustes econômicos sem conseguirem apontar para uma melhoria da situação dos grupos sociais que compõem a sociedade como um todo, considerando a realidade de cada um país ou de um conjunto de países, dadas as particularidades econômicas, sociais e políticas, já que alguns resultados prevalentes são: inflação contida a custo de altos níveis de recessão; flutuação das bolsas de valores, alimentada pela volatilidade do capital financeiro, vulnerabilizando as economias de todos os países em tempo real; elevação das taxas de juros, que aprofundam mais ainda a recessão e o desemprego; abertura do câmbio e risco de novos ciclos inflacionários.

O celebrado progresso tecnológico e o crescimento da economia não contribuem para o aumento de empregos, como foi prognosticado no discurso de governantes de diferentes países e de diferentes matizes ideológicos. Pelo contrário, no Brasil, por exemplo, o que se constata é uma mudança estrutural da economia que se manifesta na redução drástica dos postos de trabalho não só na indústria, como no sistema bancário e nos serviços. É a confirmação de que os tempos atuais dos países de capitalismo avançado estão marcados pela ideia de que não há mais garantia de emprego para todos, ou seja, a falácia do pleno emprego, que movia patrões e trabalhadores nos “trinta anos gloriosos” do capitalismo (de 1945 a 1975) ruiu por terra.

Oriunda da estrutura global da organização econômica, a impossibilidade de se ter um emprego tornou-se um fenômeno de massa. O desemprego é considerado, mundialmente, o maior questionamento do sistema capitalista na medida em que se alastra em praticamente todos os países sob sua influência. A CNBB, em 1999, escolheu o tema *Sem trabalho por quê? para a Campanha da Fraternidade* e, após 14 anos, esta pergunta ainda está na garganta de contingentes massivos de trabalhadores. Percebe-se que na problemática do *trabalho* se inscreve o cerne da “questão social”, pois, em relação ao ambiente micro-familiar, representa a base de sustento, e, nas relações macro da sociedade, ele é o meio através do qual se organiza o acesso aos recursos já existentes e às riquezas produzidas. As múltiplas expressões da “questão social” são todas as mazelas criadas pelo modo de produção capitalista (questão social da habitação, da saúde, da educação etc.) e são imanentes à sua lógica de produção e reprodução. O que



nos leva a concluir que não há possibilidade de resolvê-las segundo a mesma lógica que as cria.

Estamos diante de um enigma, como o que se defrontou Édipo diante da Esfinge (enigma da Esfinge), que é o “enigma do desenvolvimento”. No entanto, o dilema não é o de decifrá-lo ou da Esfinge nos devorar e sim de decifrá-lo rapidamente, do contrário enquanto se está a decifrá-lo ele nos devorará. Que se percam as ilusões (sem perder os sonhos!) e a ingenuidade. Quando propaga-se o paradigma do desenvolvimento sustentável ou autossustentável ou sustentado não se está sendo ingênuo e/ou iludido? A sustentabilidade pretendida interessa a quem? E, ainda, quem são os principais agentes da disseminação destas ideias?

Que se enfrente a questão que Adam Smith (1723-1790) investigava em 1776 na Inglaterra. O gênio tutelar da Escola Clássica de Economia Política indagava naquele momento sobre a “natureza e as causas da riqueza das nações”, em sua obra intitulada “A Riqueza das Nações – investigação sobre sua natureza e suas causas”. Esta é considerada a primeira grande obra que lançou as bases científicas da Economia Política centrada numa questão, absolutamente atual: “por que se tornaram ricas algumas nações?”<sup>1</sup>

Aproximadamente, mais de dois séculos depois, Ha-Joon Chang lança em 2002 um livro na Inglaterra, com tradução para várias línguas, inclusive no Brasil em 2004, com o título “Chutando a Escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica”, com uma indagação semelhante: “como os países ricos enriqueceram de fato?”. Ha-Joon Chang, é um coreano, professor da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, desde 1990, e diretor-adjunto do Departamento de Estudos sobre Desenvolvimento. O intervalo de tempo entre Adam Smith e Ha-Joon Chang é exatamente de 226 anos (portanto, mais de dois séculos) e a pergunta de um e de outro tem o mesmo sentido, ou seja, como as nações se tornaram ricas, ou ainda, por quê algumas nações são ricas e outras pobres.

Para Barbosa Lima Sobrinho, em texto *sobre “o enfoque histórico do desenvolvimento econômico”*, publicado em 1994 (portanto, 19 anos atrás) dizia que a

---

<sup>1</sup> Adam Smith e David Ricardo (1772-1823) são os “pais de todos”. Ricardo publica em 1817 “Princípios de Economia Política e Tributação”. Os dois inauguram o pensamento econômico clássico, que se divide em 2 correntes opostas: corrente ortodoxa (marginalista-keynesiana) e corrente heterodoxa (marxista).



preocupação de Adam Smith em estabelecer o paralelo entre países ricos e países pobres foi deixada de lado pela Economia Política, quando esta passa a se interessar pela política e pelas estratégias dos países ricos em continuarem cada vez mais ricos e não pela angústia dos países pobres, que continuavam cada vez mais pobres. É como se a Economia Política quisesse ser a ciência da conservação da riqueza e não de sua obtenção ou de sua procura. Ainda segundo Barbosa Lima Sobrinho, como esta trazia o selo inglês, o que de algum modo a inspirava, ou a conduzia, tinha o propósito de defesa dos privilégios, que o avanço da tecnologia trouxera para a nação mais rica do mundo, pelo menos naquele momento. E o mais curioso é que a lição que ela ensinava não levava ninguém a encontrar o caminho da opulência. Era mais um esforço, segundo Chang (2002), para “apagar as pegadas” que haviam ficado da longa marcha para a riqueza. É como se os países que a conquistaram, para disfarçar as pegadas, fossem andando de costas ou com o calcanhar para frente, para desorientar os imitadores, com o temor de que passassem a ser concorrentes. O que levaria muitos países a fazerem o contrário do que deveriam fazer, se quisessem também chegar à riqueza, aumentando cada vez mais a defasagem entre ricos e pobres. Segundo Lima Sobrinho (1994, p.8), “foi então que se começou a pensar que o desenvolvimento econômico, em vez de ser uma etapa inevitável no caminho de qualquer nação, era antes uma exceção. Um *escândalo*, disseram alguns. Num manual, aliás excelente, Benjamin Higgins afirmava, peremptório e desanimador, que 'a estagnação é a regra e o desenvolvimento econômico, a exceção'”.

“Disfarçar as pegadas” e “desorientar os imitadores” pelo temor da concorrência e da disputa por recursos finitos, como são, por exemplo, os recursos naturais, tem o mesmo sentido de “chutar a escada” para que outros não tenham acesso ao seu topo. É este o significado que damos ao “decálogo do Consenso de Washington”. Segundo Batista (1994), o chamado Consenso de Washington foi estabelecido em 1989 por um grupo considerado como “principais representantes do *esbablishment* econômico do Primeiro Mundo” reunido no *Institute of International Economics*, sob a liderança de seu diretor o economista inglês John Williamson, para discutir “as economias que se viam às voltas com inflação alta no continente americano”. Neste grupo estavam representantes do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, governo norte-americano,





economistas e políticos latino-americanos e caribenhos de orientação neoliberal. O decálogo deveria ser observado pelos países da América Latina, América Central e Caribe que não quisessem ter com eles (FMI, Banco Mundial, governo americano) relações de animosidade.

Ainda, conforme registro de Batista (1994), em 1994, o professor Williamson, durante seminário realizado na Universidade Estadual do Rio de Janeiro antes das eleições presidenciais brasileiras, perguntou: “Fernando Henrique aceita o Consenso de Washington?” Ao que ele próprio respondeu: “Acho que sim e espero que ele aceite, também espero que o Lula aceite. Porque se o próximo presidente tentar desafiar esse Consenso, chegará em breve a uma crise como a da Venezuela”. Ao final, constata que, ironicamente, a crise econômica e política na Venezuela ocorreria logo após a aplicação naquele país das medidas do Consenso de Washington, cuja adoção foi também responsável pela crise mexicana.

E quais foram as recomendações dadas:

1. Ajuste fiscal - O Estado limita seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público;
2. Redução do tamanho do Estado – Limitação da intervenção do Estado na economia e redefinição de seu papel, com o enxugamento da máquina pública;
3. Privatização – O Estado vende empresas que não se relacionam à atividade específica de regulamentar as regras sociais e econômicas e implementar políticas sociais;
4. Abertura comercial – Redução das alíquotas de importação. Estímulo ao intercâmbio comercial, de forma a ampliar as exportações e impulsionar o processo de globalização da economia;
5. Fim das restrições ao capital externo;
6. Abertura financeira – Fim das restrições para que instituições financeiras internacionais possam atuar em igualdade de condição com as do país. Redução da presença do Estado no segmento;
7. Desregulamentação – Redução das regras governamentais para o funcionamento da economia;
8. Reestruturação do Sistema Previdenciário;
9. Investimento em infraestrutura básica;



#### 10. Fiscalização dos gastos públicos e fim das obras faraônicas.

E qual a relação que este “decálogo” tem com a questão da mineração no Brasil? Esta relação se dá fortemente com a “recomendação” da “privatização” e da “redução do tamanho do Estado brasileiro”. E é o que vai ocorrer, em 1997, no governo Fernando Henrique Cardoso, com a privatização da Companhia (estatal) Vale do Rio Doce, seguindo claramente as recomendações do Consenso de Washington. Esta medida foi seguida pela promulgação da Lei Kandir, ainda em 1997, que completa um arcabouço danoso para estados e municípios mineradores, e com ele o risco de perda da soberania nacional em relação às estratégias econômicas dos recursos naturais, como os recursos minerais, cuja principal característica é serem finitos, portanto não renováveis.

Esta conclusão é corroborada por Chang (2002), em seu trabalho, quando afirma que os países em desenvolvimento estão sendo pressionados pelos países desenvolvidos a adotarem o que chamam de “boas políticas e boas instituições”, capazes de promover o desenvolvimento econômico. As “boas políticas” seriam as recomendadas pelo Consenso de Washington, dentre elas podemos citar políticas macroeconômicas restritivas, liberalização comercial e financeira, privatização e desregulamentação. As “boas instituições” seriam as existentes nos países desenvolvidos, principalmente nos anglo-saxões, por exemplo, a democracia, o poder judiciário e o banco central independentes e uma forte proteção aos direitos de propriedade. Os argumentos utilizados são que “políticas e instituições boas” foram adotadas pelos países desenvolvidos quando estavam em processo de desenvolvimento, no entanto, Chang mostra que não faltam evidências históricas sugerindo o contrário.

Após a análise do desenvolvimento econômico sob um prisma histórico, Chang (2002) conclui que se os países desenvolvidos tivessem mesmo adotado as políticas que recomendam aos países em desenvolvimento, não seriam o que são hoje. Muitos deles, ao longo de sua trajetória de desenvolvimento, recorreram a políticas comerciais e industriais protecionistas, atualmente consideradas políticas “ruins” quando são adotadas pelos países em desenvolvimento. Além disso, no século XIX e início do século XX, antes de se tornarem países desenvolvidos, possuíam poucas das instituições que agora recomendam aos países em desenvolvimento. Em outras palavras, os países



desenvolvidos, pregando políticas ortodoxas, estariam hoje "chutando a escada" para que os países em desenvolvimento não consigam seguir os mesmos caminhos trilhados por eles para alcançarem o recomendado "desenvolvimento".

O ponto alto do livro são os dados históricos que questionam determinados mitos em relação aos países desenvolvidos. Por exemplo, fica claro que, de 1820 até 1931, os EUA e alguns outros países hoje desenvolvidos adotaram políticas altamente protecionistas para defender a sua indústria nascente, mas eles alegam que fizeram o contrário: que liberalizaram seus mercados. Em um trecho do livro, que analisa as políticas de Indústria Comércio e Tecnologia (ICT) adotadas pela Alemanha, o autor menciona a utilização de espionagem industrial patrocinada pelo Estado e a cooptação de trabalhadores da Inglaterra, práticas que seriam consideradas "ruins" nos dias de hoje.

Em outra parte do livro, Chang (2002) demonstra que, nos países desenvolvidos, a democracia, durante muito tempo, "não foi muito democrática, porque excluía pessoas por renda, sexo, cor"... Existia também compra de votos no parlamento, fraude eleitoral e corrupção. Apresenta, portanto, uma visão crítica em relação ao papel do Estado no desenvolvimento econômico e em relação às políticas recomendadas aos países em desenvolvimento pelos órgãos de fomento internacional como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional e estimula a repensar as estratégias de desenvolvimento econômico que vêm sendo adotadas pelos países pobres e em desenvolvimento.

No caso da política adotada pelo governo brasileiro, com repercussões diretas sobre a economia paraense, alguns pontos indicam a urgência na revisão e superação das estratégias em curso, entre as quais destaca-se a seguinte: Em reportagem do Jornal do Brasil, de 17 de outubro de 2009, intitulada "FMI dá munição à Lula na mineração"<sup>1</sup> uma constatação é feita em relação ao desempenho do setor mineral na economia nacional, com a seguinte afirmação: "se a isenção de impostos nas exportações de minério de ferro (em obediência à Lei Kandir, que se mantém apesar da mudança de conjuntura que a justificou) gera distorções na cadeia, por outro lado permite à Vale (que possui 80% da produção) ser competitiva no mercado internacional". E o Ministério de Minas e Energia (MME), em estudo realizado neste período, destaca que "essa escolha

<sup>1</sup> <http://jbonline.terra.com.br/pextra/2009/10/17/e171015356.asp>



de política industrial tem benefícios próprios, tais como possibilitar que empresas sediadas no Brasil tenham condições ímpares de competitividade no mercado internacional, fortalecendo a posição de divisas do país". Mas, em seguida, o estudo conclui que "tais benefícios reduzem os incentivos para agregar valor em território nacional e limitam a distribuição da riqueza obtida com a utilização do patrimônio mineral brasileiro".

Em seguida, constata que "as mineradoras representadas pelo Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM) tem discurso oposto ao do governo e alegam que a carga tributária no país é das mais elevadas no mundo", o que leva o setor a temer que o governo apresente as alterações sem ouvir as empresas e outros agentes envolvidos. O MME informa que o governo estuda e prepara mudanças no marco regulatório da mineração, e entre estas estão temas polêmicos como alíquotas de royalties e tributação sobre exportações que assustam executivos do setor. No entanto, os royalties na mineração estão entre os mais baixos, segundo estudos já realizados pelo MME, já que "enquanto o Brasil cobra 2% do faturamento do ferro por meio da CFEM, taxa de compensação, a Austrália, maior concorrente no ramo, cobra cerca de 8%".

No estado do Pará ocorre o uso intensivo de recursos naturais (floresta, minério, água e energia), transformados em *comodities*, sem que sejam efetivadas alternativas de desenvolvimento nas regiões onde se dá a expropriação destes recursos. O modelo de desenvolvimento adotado no Brasil e em outras partes do mundo onde ocorre a extração mineral revela as formas como atuam as grandes corporações, as multinacionais, que, de um lado, acirram as condições de pobreza dos grupos sociais locais vulnerabilizados e, de outro, potencializam a produção de riquezas em seus países de origem.

Segundo Lúcio Flávio Pinto no seu Jornal Pessoal nº 464 da 1ª quinzena de maio de 2010, ocorreu um processo de "desnacionalização a frio", quando "a Albrás e a Alunorte, duas das maiores indústrias de alumínio e alumina do mundo, são niponorueguesas desde abril de 2010, quando foram transferidas pela Vale para a Norsk Hydro". E chama atenção para o fato de que a este negócio de quase US\$ 5 bilhões, não foi dada importância por nenhuma instância da sociedade local e nacional, o que para o autor dar "importância é fundamental." Segundo Pinto (2010), a Albrás, a 8ª maior fábrica





de alumínio do mundo e, a Alunorte, maior planta internacional de alumina apresentaram, em 2009, um faturamento bruto conjunto de 4,2 bilhões de reais e um lucro de 385 milhões de reais, sendo as duas maiores empresas do estado do Pará. No dia 2 de abril de 2010 elas foram completamente desnacionalizadas: passaram a ser de propriedade norueguesa e japonesa. A Vale anunciou que, por quase 5 bilhões de dólares, transferiu suas ações nas duas empresas para Norsk Hydro, que já era sua sócia na Alunorte. O negócio incluiu o controle da jazida de bauxita de Paragominas, uma das maiores do mundo, a ser consumido no futuro, e o projeto de uma nova planta de alumina em Barcarena/PA, do tamanho da Alunorte, ou maior, que, segundo Pinto (2010), pouco interesse a revelação causou. Depois de uma cobertura burocrática da imprensa nos primeiros dias, o assunto saiu completamente da pauta – nacional e paraense. Uma razão maior, conforme constatação de Pinto (2010), pode estar na convicção de que a Albrás nunca esteve realmente sob o controle da empresa nacional, embora a antiga Companhia Vale do Rio Doce detivesse a maioria das ações nas duas empresas do distrito industrial de Barcarena, a 50 quilômetros de Belém.

### 3. À GUIA DE CONCLUSÃO

A questão proposta para o debate é da construção de um modelo de desenvolvimento que conduza à garantia de direitos e do controle social sobre as formas de trabalho e de (re)produção da riqueza na sociedade e à garantia da emancipação dos trabalhadores enquanto classe social. O que está em jogo é o desafio do engajamento político-ideológico de amplos segmentos de trabalhadores/as nas lutas por um projeto alternativo de sociedade, por um projeto de nação soberana e independente, pela possibilidade histórica de se ter um país, com todas as potencialidades e as riquezas acumuladas no solo e no sub-solo, que garantam às atuais e futuras gerações o acesso igualitário ao que é produzido socialmente. Gerações estas, de ascendência indígena, ribeirinha, quilombola, ou de qualquer origem étnica ou social, capazes de resistir às formas de barbárie recorrentes na contemporaneidade, sendo emblemática e trágica a sucessão de assassinatos seletivos de lideranças indígenas, agroextrativistas e de



trabalhadores sem terra engajadas nas lutas pela terra, geradas pela prevalência no modelo de desenvolvimento adotado do agronegócio e da exploração mineral em diferentes regiões do Brasil, com intensidade na Amazônia.

## BIBLIOGRAFIA

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa et al. **Em defesa do interesse nacional**: desinformação e alienação do patrimônio público. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

CHANG, Ha-Joon. Chutando a escada – a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. O enfoque histórico do desenvolvimento econômico. In: LIMA SOBRINHO, Barbosa et al. **Em defesa do interesse nacional**: desinformação e alienação do patrimônio público. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

PINTO, Lúcio Fiávio. Desnacionalização a frio. In: Jornal Pessoal nº 464, Belém/PA, 1ª quinzena de maio de 2010.